

Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Centro de Ciências do Homem  
Ciências Sociais

MUDANÇAS RECENTES NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHO  
EMPREGO EM MACAÉ/RJ PÓS INDÚSTRIA PETROLÍFERA.

Campos dos Goytacazes, março de 2004.

Carla de Almeida Pontes

MUDANÇAS RECENTES NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHO E  
EMPREGO EM MACAÉ/RJ PÓS INDÚSTRIA PETROLÍFERA.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro sob orientação do Professor Ailton Mota de Carvalho, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel.

Campos dos Goytacazes, março de 2004.

MUDANÇAS RECENTES NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHO  
EMPREGO EM MACAÉ/RJ PÓS INDÚSTRIA PETROLÍFERA.

Carla de Almeida Pontes

Monografia aprovada por:

---

Prof. Ailton Mota de Carvalho ( Orientador )  
Doutor em Sociologia pela UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Teresa Peixoto  
Doutora em Estudos Urbanos pela Ehess

---

Prof. José Luiz Vianna  
Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ

Dedico este trabalho a Deus e aos meus pais, Creuza e Carlos, por serem eles responsáveis por todas as realizações da minha vida.

Agradecimentos:

Aproveito esta oportunidade para registrar meu sincero agradecimento a Deus e a todas as pessoas que amo. Diante do fato de não poder citar todas, desejo explicitar aquelas que mais diretamente me dão amor, carinho e amizade, aquelas em que o aprendizado é recíproco.

Diante disso, torno público meu agradecimento aos meus pais, aos meus irmãos Thiago, Lucas e Vítor (irmão de coração), aos meus amigos Ana Laura, André Lourenço, Emmanuelle, Érica, Leonardo, ao meu orientador e amigo Ailton ( exemplo de carinho e ética profissional ), a Eugênia e todos os outros colegas de laboratório.

Carla de Almeida Pontes.

## Sumário

<i>Resumo e abstract</i> .....	6
<i>Introdução</i> .....	7
<i>O paradigma Neoliberal</i> .....	9
<i>Neoliberalismo, privatização, trabalho e emprego no Brasil</i> .....	13
<i>Globalização, terceirização, flexibilidade e informalidade: mudanças no mundo do trabalho</i> .....	21
<i>Macaé – aspectos históricos e demográficos</i> .....	36
<i>Indústria do petróleo, Macaé e mercado de trabalho: considerações iniciais</i> .....	40
<i>Análise dos dados de emprego formal</i> .....	42
<i>Evolução do emprego formal por sub-setores econômicos em Macaé</i> .....	45
<i>Emprego e trabalho em Macaé: enfoque através da população local. Análise dos resultados – percepção da população residente</i> .....	47
<i>Indústria do petróleo em Macaé: enfoque a partir dos próprios trabalhadores</i> .....	54
<i>Conclusão</i> .....	62
<i>Bibliografia</i> .....	64

*Resumo:*

A Região Norte Fluminense, com a descoberta do Campo de Garoupa na Bacia de Campos, a partir da década de 1970 passa por significativas transformações socioeconômicas. Estas transformações e seus impactos afetam diretamente o município de Macaé visto que nele se instalam a Petrobras e diversas outras empresas.

Um dos impactos vivenciados na região foi o crescimento do número de empregos. Este estudo tem como objetivo analisar a geração de empregos em Macaé tendo como base um referencial teórico que contextualize a inserção deste fenômeno no tempo e no espaço, buscando entender as transformações no mundo trabalho.

Palavras chaves: Indústria do Petróleo – trabalho – Macaé.

*Abstract:*

The North Fluminense Region, with the discovery of Garoupa Field in Campos Basin, from the 70<sup>th</sup> decade has experienced socio-economic changes. These changes and it's impacts directly affects Macaé city, when Petrobras and most of the oil companies are installed.

An example of impact observed in the region is the growth of job numbers. This study intends to analyze the creation of jobs at Macaé, based on a theoretical reference that explains this phenomenon insertion in time and space, trying to understand the new changes at the *work world*.

Keywords: Oil industry – work - Macaé.

## *Introdução:*

A Região Norte Fluminense passou por diversas mudanças no perfil socioeconômico a partir da descoberta do petróleo na Bacia de Campos. Mais especificamente a partir do final da década de 90 essas transformações se tornaram ainda mais intensas. A região que era predominantemente agroindustrial se desenvolve pelo surgimento de um complexo industrial petrolífero de capital intensivo e avançado teor tecnológico.

A cidade de Macaé, sede desta grande indústria petrolífera, passa a sofrer diversos impactos ainda mais diretamente. Dentre eles está o elevado crescimento demográfico com vários migrantes à procura de emprego. Macaé cresce aceleradamente e se torna cenário nacional de investimentos. No entanto, a Região Norte Fluminense como um todo, mesmo que indiretamente, é afetada pela atividade deste setor.

Muito se fala das oportunidades geradas a partir de então no emprego, geralmente de forma bastante positiva. No entanto, será que este cenário é tão bom quanto parece?

Este estudo aborda um referencial teórico que a partir das transformações da economia nacional dos anos 90 e da lógica do mercado, que tem como prioridade o capital, busca compreender os novos aspectos do atual mundo do trabalho.

Posteriormente a atenção se volta para a Região Norte Fluminense e principalmente para a cidade de Macaé.

Com base em questionários, aplicados juntamente com outros bolsistas de iniciação científica do LEEA/SEUR (Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Setor de estudos Urbanos – UENF) do projeto de pesquisa “Percepção Ambiental sobre Atuação da Indústria do Petróleo no Norte Fluminense”, será feita uma análise sobre os impactos da indústria do petróleo tendo como foco a questão do emprego.

Trabalharemos com dois tipos de questionários, um que foi aplicado em domicílios buscando apreender a opinião da população residente, com uma amostra de 400 questionários. E outro feito para os próprios trabalhadores do setor, neste caso a amostra foi de 61 questionários. Faz-se também uma análise de empregos formais através de fontes como o CIDE (2001) e do Observatório Socio-Econômico do Norte Fluminense.



O objetivo da pesquisa não é se aprofundar em certos aspectos do trabalho como sindicalismo, organizações trabalhistas, modelos produtivos, etc. No entanto, fazemos menção não muito aprofundada a estes aspectos, já que os entendemos como essenciais à compreensão do atual quadro do mundo do trabalho.

O objetivo principal deste estudo é saber se Macaé se insere no contexto de precarização, informalidade e subproletarização dos trabalhadores, visto que são muitos os aspectos positivos que permeiam no imaginário popular acerca do mercado de trabalho no setor petrolífero dessa cidade.

*“A democracia e o livre mercado são rivais, não aliados”.*  
(GRAY)

### *O paradigma neoliberal:*

A partir da década de 1990, consolidou-se o modelo econômico neoliberalista<sup>1</sup>, modelo este em que se afirmava que a redução do papel do Estado no Brasil levaria ao crescimento econômico e ao aumento do nível de emprego. Entretanto, o cenário nacional da década de 1990 não se mostrou positivo à economia e ao trabalho. Os anos 90 foram de profundas mudanças e desequilíbrios.

Segundo Lesbaupin (2001), a partir de Gonçalves e Pellegrino:

“Neoliberalismo pode ser definido como a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção estatal (Estado Mínimo), desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e redução da proteção social”. (GONÇALVES & PELLEGRINO, 1997; *apud* LESBAUPIN, 2001, p. 20)

Lesbaupin (2001) explica que o fenômeno do neoliberalismo envolve um conjunto de receitas econômicas e programas políticos. Surgiu como uma reação ao estado

---

<sup>1</sup> “Mais recentemente o neoliberalismo surgiu pela primeira vez, em 1947, com o célebre encontro entre um grupo de intelectuais conservadores em Monte Pélrier, na Suíça, onde formaram uma sociedade de ativistas para combater as políticas de Estado de Bem-estar social. Essas políticas tiveram início em 1942 com a publicação na Inglaterra do Relatório Benveridge. Segundo ele, depois de vencida a guerra, a política inglesa deveria se inclinar doravante para uma programação de aberta distribuição de renda, baseada no tripé da Lei da Educação, Lei do Seguro Nacional e a Lei de Serviço Nacional de Saúde. A defesa desse programa tornou-se a bandeira com a qual o Partido Trabalhista inglês venceu as eleições de 1945 colocando em prática os princípios do Estado de Bem-estar Social. (...) Outra vertente do neoliberalismo surgiu nos Estados Unidos e concentrou-se na chamada Escola de Chicago do Professor Milton Friedman. Combatia a política de New Deal do presidente F.D Roosevelt por ser intervencionista e pró-sindicatos. Friedman era contra qualquer regulamentação que inibisse as empresas e condenava até o salário-mínimo na medida em que alterava artificialmente o valor da mão-de-obra pouco qualificada. Também opunha-se a qualquer piso salarial fixado pelas categorias sindicais, pois, segundo ele, terminavam por adulterar os custos produtivos, gerando alta de preços e inflação. (...) O primeiro governo ocidental democrático a inspirar-se em tais princípios foi o da sra. Thatcher na Inglaterra, a partir de 1980. Enfrentou os sindicatos, fez aprovar leis que lhes limitassem a atividade, privatizou empresas estatais, afrouxou a carga tributária sobre os ricos e as empresas e estabilizou a moeda.” (SCHILLING, Voltare; <http://educaterra.terra.com.br/voltaire>)

intervencionista keynesiano na Europa e nos Estados Unidos. A política neoliberal vai de encontro ao *Welfare State* europeu, bem como ao *New Deal*<sup>2</sup> norte-americano.

O projeto de pesquisa integrado sob título “Neoliberalismo e trabalhadores no Brasil: política, ideologia e movimentos sociais” da UNICAMP (2000), considera neoliberal todo o governo que é baseado nas idéias do liberalismo econômico de valorização do mercado e na forte diminuição do intervencionismo estatal, procurando implementar medidas que visem eliminar ou restringir o protecionismo do mercado interno, a participação do Estado na produção de bens e prestação de serviços e a regulamentação do mercado de trabalho.

Carvalho (1997) explica que o paradigma neoliberal surge devido ao insucesso do modelo keynesiano a partir de um discurso dos grandes organismos financeiros internacionais:

“Hoje, favorecida pelo relativo fracasso desse modelo anterior<sup>3</sup>, aparece uma nova modalidade de política econômica e de gestão pública, que vem se impondo praticamente no mundo inteiro, numa vertente renovada da teoria neoclássica, habitualmente reconhecida pela denominação de neoliberalismo, avalizada pelos mais poderosos organismos financeiros internacionais” (CARVALHO, 1997, p. 144).

A ideologia liberal prega a existência do *Estado Mínimo*, onde este seria apenas instrumento de estímulo à concorrência, mas não interventor sobre os agentes econômicos.

A partir da Grande Depressão<sup>4</sup> de 29 ficou mais evidente para a sociedade que as forças de mercado não produziram a auto-regulação. O Estado deveria ampliar o grau de intervenção para evitar que a crise se aprofundasse e, desta forma, impulsionar a expansão capitalista em novas bases. Em virtude disso, “as condições de produção e reprodução da concorrência intercapitalista e das relações entre capital e trabalho passaram a depender,

---

<sup>2</sup> Programa econômico adotado em 1933 pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt para combater os efeitos da Grande Depressão. O New Deal (Nova Política) baseou-se na intervenção do Estado no processo produtivo, por meio de um audacioso plano de obras públicas com o objetivo de atingir o pleno emprego. Isto contradizia toda a tradição liberal dos Estados Unidos. (SANDRONI, P., 2002)

<sup>3</sup> Refere-se ao modelo keynesiano.

<sup>4</sup> Período de maior crise econômica mundial, entre os anos de 1929 e 1933. Atingiu em primeiro lugar e mais profundamente a economia norte-americana, espalhando-se para a Europa, Ásia, África e América Latina. Representou a quebra da Bolsa de New York, 70 milhões de títulos foram jogados no mercado sem encontrar uma contrapartida da demanda. A desconfiança com os acontecimentos espalhou-se para outros ramos da atividade econômica, atingindo a produção. A queda da renda nacional levou a uma retração na demanda. Muitas atividades econômicas ficaram paralisadas, sucederam-se falências e milhares de trabalhadores ficaram desempregados. (SANDRONI, P., 2002)

cada vez mais, do Estado, que se constituiu fonte de politização constante da economia” (POCHMANN, 2001, p. 15). É importante ressaltar que nas três décadas após a Segunda Guerra Mundial, os países de economias avançadas tiveram um significativo desenvolvimento, com crescente participação estatal.

A crise do capitalismo no início dos anos 70 favoreceu a retomada das idéias fundamentais do velho liberalismo reforçadas pela crítica ao keynesianismo, acreditando-se que a raiz de todos os problemas vigentes nas economias de mercado está no excesso do Estado, já a solução está no mercado livre. Devido a longa era de prosperidade - quase 40 anos de crescimento que impulsionou o mundo ocidental depois da Segunda Guerra, graças às diversas adoções das políticas keynesianas e sociais-democratas, os neoliberais recolheram-se para a sombra. Entretanto, a partir da crise do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária que surpreendeu os Estados de Bem-estar Social, o neoliberalismo gradativamente voltou à cena. Denunciou a inflação como resultado do estado demagógico perdulário, chantageado pelos sindicatos e pelas associações. Responsabilizaram os impostos elevados e os tributos excessivos, juntamente com a regulamentação das atividades econômicas, como os culpados pela queda da produção. Ou seja, o mal foi identificado na aliança entre o Estado de Bem-estar Social e os sindicatos. O Estado deveria ser desmontado e gradativamente desativado com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, enquanto os sindicatos seriam esvaziados por uma retomada da política de desemprego, contraposta à política keynesiana de pleno emprego. Enfraquecendo a classe trabalhadora e diminuindo ou neutralizando a força dos sindicatos haveria novas perspectivas de investimento, atraindo novamente os capitalistas de volta ao mercado.

Sendo assim, durante a década de 1980, a ação do Estado passou por várias transformações, onde se defendeu o conceito de *Estado Mínimo* e a retórica de uma busca de uma maior competitividade e organização da sociedade para o processo de tomada de decisão governamental.

Pochmann (2001) explica que a reavaliação do papel do Estado e a aprovação das reformas no setor público nos países desenvolvidos foram feitas de formas diversificadas, ao contrário do que propunham os defensores do *Estado Mínimo*, e que, além disso, não levaram ao desmantelamento do aparato estatal. Este autor destaca as novas ações

convergentes para o aumento da descentralização nas competências operacionais do Estado, com a introdução de mecanismos de mercado e competição administrada através da privatização de segmentos estatais em setores produtivos.

Ainda segundo o autor acima, torna-se interessante fazer uma breve comparação entre o que aconteceu no papel do Estado no Brasil e em outros países. Neste sentido, de um modo geral, a presença do Estado nos países desenvolvidos é bem mais significativa nas áreas sociais, ao passo que nos países não desenvolvidos prevaleceu a intervenção no setor produtivo, de infra-estrutura e de energia, por exemplo. No intuito de minorar as diferenças em relação às economias avançadas, os países não desenvolvidos, sem condição de depender exclusivamente do setor privado, acabam recorrendo ao aparato estatal para expandir o sistema produtivo.

No caso brasileiro, foi na segunda metade dos anos 1970 que surgiram as primeiras críticas ao fortalecimento estatal. Apesar de haver ainda neste período forte manifestação direta de interesses em favor da privatização, começou a surgir associação crescente entre os princípios autoritários e a estatização econômica, ao passo que a manifestação dos primeiros sinais de crise no padrão de intervenção do Estado instituído a partir de 1930, abriu a primeira lacuna para o engrandecimento dos princípios neoliberais. Nos anos 80, com a crise da dívida externa, combinada à opção de política econômica adotada na época (estatização da dívida externa e transformação das empresas estatais em mecanismos de ajuste, com a desvalorização dos preços e tarifas públicas e estímulo ao endividamento, como forma de atrair recursos externos em quantias necessárias para o fechamento das contas externas), o setor produtivo passou a perder eficácia. Com isso, cresceu também a relação realizada entre a presença do Estado na economia e o regime autoritário.

Foi na década de 1990, no entanto, o marco da ruptura do padrão de intervenção do Estado na economia brasileira:

“ (...), o ano de 1990 marcou uma drástica ruptura no padrão de intervenção do Estado na economia brasileira. Com a vitória de Collor nas eleições de 1989, não apenas as medidas estabelecidas pelo “Consenso de Washington” passaram a ser implementadas no Brasil, como foi constituído um novo modelo econômico. A ênfase na revisão do papel do Estado teve, além da realização das reformas administrativa, tributária e previdenciária, a preocupação com a promoção de um intenso programa de privatização” (POCHMANN,2001, p.23).

Foi durante os anos 1990 que se deu o desmonte do Estado brasileiro, amparado pelas idéias neoliberais, de transferência de ativos públicos para o setor privado. Ao Estado cabia apenas o papel regulador e garantir estímulo de competição e eficiência dos mercados, baseada na interpretação neoliberal onde se entendia que o padrão de intervenção anterior dificultava a modernização e a eficiência econômica.

Diante do quadro neoliberal dos anos 1990, em nome da competitividade, segmentos do setor público desapareceram, foram privatizados, concedidos ou terceirizados; e a partir daí ocorrem significativas transformações no trabalho.

### *Neoliberalismo, privatização, trabalho e emprego no Brasil:*

Um dos principais elementos do receituário neoliberal é a privatização das empresas estatais. Esta medida é precedida e acompanhada de campanhas publicitárias e midiáticas que buscam - não só na América Latina como também na Europa - desprestigiar os serviços públicos e valorizar os serviços privados. Além disto, reforçar a idéia de que o Estado deve deixar de intervir na economia, deixando que esta siga seu curso “natural”, e mais, no plano das políticas sociais o Estado também deveria reduzir ao mínimo sua intervenção, pois este tipo de atuação seria fonte de déficit público.

O processo de desestatização que se deu no Brasil dos anos 1990 implicou tanto em uma grande redução do nível de emprego no Brasil, quanto em alteração do perfil ocupacional.

“Através da revisão do papel do Estado e da privatização, vários setores estatais perderam sensivelmente empregos, ainda que o setor privado tenha mantido uma parcela com vínculos formais. A privatização não permitiu, após dez anos de revisão do papel do Estado, compensar o esvaziamento das ocupações anteriormente existentes no setor estatal” (POCHMANN, 2001, p. 30).

Na verdade, o novo modelo neoliberal e seus pressupostos acabaram por gerar um significativo ajuste no nível de emprego no Brasil.

“De acordo com esta nova onda mundial, o emprego formalizado e pleno de garantias do modelo anterior, é um dos principais entraves ao desenvolvimento e ao crescimento econômico. Um custo incômodo, que desestimula a iniciativa própria, a competitividade, e que por isso precisa ser eliminado e substituído pela tecnologia de ponta e pela competitiva globalização. Devemos nos acostumar como idéia de sobreviver de sobreviver em mundo sem carteira assinada. O emprego está diminuindo e se transformando”(CARVALHO, 1997, p.144)

Carvalho (1997) explica que o avanço tecnológico e os novos padrões concorrenciais da chamada *reestruturação produtiva*, resultam em atividades poupadoras de trabalho vivo e do trabalho direto e permanente. Segundo o mesmo, os novos investimentos não resultam em maior quantidade de empregos e, além disso, a contratação indireta dos trabalhadores beneficia as empresas já que este tipo de trabalhador ganha entre 20% a 40% a menos que o empregado direto.

Segundo Pochmann (2001) para a classe trabalhadora tudo isto significou intensificação de demissão dos empregados do antigo setor estatal, e adoção de medidas que visam a intensificação do trabalho. Com o objetivo de gerar lucros a qualquer custo tanto no setor estatal como nas novas empresas privatizadas, novos mecanismos foram adotados através da terceirização, da subcontratação e da rotatividade em busca da redução salarial e a subordinação dos empregados que restaram.

Tabela– Brasil: Participação percentual do emprego de cada setor no emprego total.

<b>Setores</b>	<b>1988</b>	<b>1995</b>
Extrativa Mineral	0,7	0,5
Indústria de transformação	25,1	22,9
Serviços de Utilidade Pública	1,3	1,4
Construção Civil	4,5	4,4
Comércio	12,9	14,7
Serviços	29,0	32,4
Administração Pública	25,3	21,2
Agropecuária	1,3	2,4
Total	100,0	100,0

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho Relatório Anual de Informações Sociais. Brasília – MTb/RAIS; elaboração: FGV/IBRE/CEEG. In: CARVALHO, 1997.

Analisando a tabela da página anterior, com dados referentes ao final da década de 80 e meados da de 90, podemos perceber a redução do emprego no setor industrial e no setor público, em contrapartida houve aumento do emprego no comércio e no setor de serviços. No entanto estes são setores bastante vulneráveis às oscilações econômicas e aos processos de modernização e de informatização, como o que acontece com o setor bancário, cada vez mais automatizado e desempregador.

Carvalho (1997) ressalta a diminuição sistemática da participação dos empregos da administração pública como resultado das medidas neoliberais adotadas no Brasil nos anos 90.

Pochmann (2001) afirma que as alterações no emprego não se deram de forma homogênea; os empregos masculinos foram mais atingidos, quando comparados ao feminino. Em relação ao emprego por faixa etária, as demissões concentraram-se mais em determinados segmentos ocupacionais, os mais jovens foram os mais atingidos pelas medidas de enxugamento de pessoal e, em especial, pelo processo de privatização. Segundo o autor, o emprego do jovem no setor estatal reduziu-se em 72,3% no período de 1989 a 1999. Além disso, o segmento etário de 25 a 49 anos foi atingido de maneira menos intensa, apesar de que mesmo neste caso 39% dos empregados perderam o emprego no setor estatal. Já em relação ao grau de instrução, houve contensão dos empregados com baixa escolaridade, os que possuíam apenas o primeiro grau, a diminuição do emprego alcançou 72,3%, para os empregados de nível universitário a perda ficou abaixo de 10%.

Segundo Lesbaupin (2001), novos métodos de organização e de gestão de empresas são introduzidos, os processos de produção são alterados, exigindo um trabalhador muito mais qualificado e capaz de dar conta de um conjunto de múltiplas tarefas.

Como se tem dito a todo momento, com o objetivo de reduzir os custos e se tornarem mais competitivas, as empresas flexibilizaram a sua mão-de-obra em dois níveis principais: a *flexibilidade funcional ou interna* e a *flexibilidade numérica ou externa*. O primeiro nível se destina ao grupo central e estável que assume maior mobilidade, mais funções. Já o segundo, destina-se a mão-de-obra periférica e externa. (MATTOSO, *apud* LESBAUPIN, 2001, p. 170)

Tudo isso reflete a terceirização, os trabalhadores essenciais à produção são mantidos nas empresas, enquanto tudo o que se refere a serviços não diretamente ligados à



produção<sup>5</sup> e mesmo a produção de alguns elementos é entregue a outras empresas. Este é um dos fatos que contribui para a precarização do emprego, porque, desta forma, fica muito mais difícil o controle e a fiscalização sobre as outras empresas.

“Passou a ser um objetivo primordial de qualquer empresa competitiva reduzir seus custos“enxugando” seus quadros (dowsing): demitir tornou-se palavra de ordem generalizada. O resultado mais evidente do processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho é o enorme aumento das taxas de desemprego em praticamente todo o mundo”. (MATTOSO, *apud* LESBAUPIN, 2001, p. 19)

Desta forma, Pochmann conclui que a educação acabou por se configurar no novo critério de exclusão do acesso ao emprego pertencente, antes, ao setor estatal, ainda que não seja a escolaridade o imperativo decorrente de modificações substanciais no conteúdo do trabalho.

Segundo projeto integrado de pesquisa da UNICAMP/2000 “Neoliberalismo e trabalhadores no Brasil: política, ideologia e movimentos sociais”, o principal aspecto do neoliberalismo que afeta negativamente as classes trabalhadoras é justamente aquele que tem garantido a unidade da burguesia em torno dessa política: a desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão e redução de direitos sociais. As classes trabalhadoras são afetadas, também, pelo desemprego. No entanto, esse ponto requer uma explicação. Não é arbitrário atribuir o desemprego existente no Brasil ao neoliberalismo. Há nas grandes empresas um desemprego provocado pela introdução de novas tecnologias e pela reorganização dos métodos de trabalho. Porém, esse projeto ressalta que as pesquisas do Centro Industrial e do Trabalho (Cesit) da UNICAMP demonstram que a política de crescimento baixo, a carência de investimento em infra-estrutura, a redução dos serviços públicos, as privatizações, o ingresso precoce de crianças no mercado de trabalho, entre outros fatores ligados à política neoliberal, respondem por grande parte do desemprego dos anos 90.

Segundo estudos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socio-econômicos – as disparidades e heterogeneidades do Brasil são enormes,

---

<sup>5</sup> Serviços de limpeza, alimentação, condução, obras etc.

determinadas por um tardio processo de industrialização que se concentrou, a princípio, na Região Sudeste do país, expandindo-se posteriormente para a Região Sul e, mais recentemente para as Regiões Norte e Nordeste.

As disparidades entre as regiões do país ocorrem também intra-regionalmente, com grande distanciamento entre os trabalhadores mais bem remunerados e aqueles auferidos pelas populações de menor poder aquisitivo. As disparidades na renda familiar foram agravadas ao longo dos anos 1990 pelo crescente desemprego. Foi nesta década que o desemprego atingiu patamares recordes. Segundo a PED/DIEESE (Pesquisa de Emprego e Desemprego) cerca de um quinto da população economicamente ativa do conjunto de regiões onde a pesquisa foi aplicada encontravam-se em situação de desemprego, boa parte há mais de um ano.

Decorrente desse quadro surge na sociedade brasileira um amplo exército de reserva de trabalhadores, o que acaba estimulando a elevação dos requisitos de contratação por parte dos empregadores e adoção do critério de corte de empregos, além de um mecanismo de instabilidade nos contratos de trabalho e alto uso da rotatividade. Disso resulta a alta taxa de demissão dos trabalhadores, principalmente dos que têm maior tempo de serviço na mesma empresa. Segundo Pochmann (2001,p. 32), “enquanto os empregados com até um ano na mesma empresa foram reduzidos em 46%, os empregados com três a dez anos de casa tiveram cerca de 66% dos postos de trabalho destruídos”. Apesar disso, os empregados que estavam na empresa a mais de dez anos foram os menos atingidos por este fenômeno.

A parcela da população que se manteve ocupada viu as condições de trabalho se deteriorarem a partir da década de 90. Contratos de trabalho fora dos marcos legais em expansão, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros fatores, aprofundaram o caráter heterogêneo do mercado de trabalho nacional.

A insegurança no emprego aumentou. O que era antes um paradigma de relações de trabalho, como o emprego por tempo integral, de longa duração, protegido pelas leis trabalhistas e pelos contratos de trabalho acordados pelos sindicatos, passa na década de 90 por uma implacável demolição. Vínculos vulneráveis vão aumentando sua participação no mercado de trabalho. Crescem o assalariamento sem carteira assinada, o trabalho de autônomos que trabalham em condições precárias, o emprego doméstico e a ocupação de

crianças e idosos em situação desvantajosas. Ou seja, o núcleo de empregos protegidos diminui e aumenta a margem dos vulneráveis.

Estudos do DIEESE revelam que a renda do trabalho também teve comportamento negativo no período, e não acompanhou os ganhos de produtividade da economia, nem mesmo se manteve o poder de compra dos que vivem de seus salários. O salário mínimo, importante instrumento distributivo e de regulação do trabalho, continuou sua caminhada insignificante, sem uma política de valorização contínua, conseguindo apenas pequenos aumentos esporádicos em seu valor real, contribuindo para a manutenção de amplos segmentos da população na pobreza e exclusão social. Ao longo da década, o salário mínimo perdeu 34,52% do valor que tinha em 1989. Esta estagnação relativa do salário mínimo é responsável também pelo aumento do desemprego, que sobe em função da pressão de contingentes que ou permanecem no mercado de trabalho, como é o caso dos trabalhadores aposentados, ou entram prematuramente, o caso dos jovens em idade escolar.

A organização dos trabalhadores, em conseqüência, também vem sendo afetada, principalmente pela predominância da ideologia de que o sindicato é um elemento disfuncional para o mercado capitalista. Não foram poucas as ações no sentido de retirar dos sindicatos a legitimidade social e diminuir a importância de seu papel regulador das relações de trabalho. No entanto, o elemento fundamental para este enfraquecimento foi a longa prevalência de uma política econômica que mantém as taxas de desemprego elevadas. Houve uma queda significativa das negociações trabalhistas nos anos 90, acompanhada por uma redução não menos importante das greves de conquistas de direitos.

Outra característica importante desse novo cenário é a importância que algumas ocupações ganham. Segundo Pochmann (2001) as ocupações de agentes administrativos, gerentes financeiros e comerciais, gerentes administrativos e agentes de vendas ganham uma valorização sem precedentes. Ou seja, as novas empresas privatizadas acabam por valorizar profissões voltadas para o controle de custos, planejamento tributário, administração financeira e vendas.

Lesbaupin (2001) também ressalta que um elemento fundamental desse novo cenário é a abertura econômica, busca-se acabar com o protecionismo, aplicado principalmente aos países de Terceiro Mundo. Em nome da competitividade internacional, as empresas menos fortes são confrontadas com as grandes multinacionais e até mesmo

com produtos mais baratos de países “emergentes” e acabam quebrando. Desta forma produz-se desindustrialização. Faz-se também a desregulamentação, através da redução de limites impostos pelas legislações e taxações. Este procedimento acaba beneficiando as indústrias e as finanças dos países desenvolvidos, principalmente as multinacionais.

As normas da política de privatização das empresas estatais favorecem os grandes grupos econômicos – bancos, grandes empresas comerciais e industriais, etc. No entanto, as pequenas e médias empresas ficam excluídas desse processo. A abertura comercial estimula a venda de empresas nacionais ao capital estrangeiro na medida em que coloca as primeiras em dificuldades. Entretanto vale ressaltar que com relação ao porte das empresas baseado em número de empregados, nota-se que as micro e pequenas empresas foram as que menos demitiram.

“Desta forma, numa volta ao passado, estamos assistindo um incremento do “desemprego involuntário”, colocando uma boa parte dos trabalhadores mundiais sob a perspectiva do ócio ou da vida contemplativa, só que desta vez não se trata de nenhum preceito religioso, e sim de uma conseqüência inexorável de um novo modelo de crescimento. Este fenômeno é, certamente, mais contundente naqueles países caracterizados por imperfeições na sua base econômica e social, dentre os quais ainda podemos incluir o Brasil” (CARVALHO, 1997, p. 144).

“O desemprego é, pois, uma conseqüência normal e, mesmo, desejada das políticas neoliberais: “Ministros das finanças declaram que, se o desemprego não atingir 8 ou 10%, será um “sinal de que as reformas não estão funcionando”” (PRZEWORSKI, *apud* LESBAUPIN, p. 22).

Contudo, a década de 90 é considerada um marco nos indicadores das condições de trabalho no Brasil. Após cinquenta anos de aumento progressivo no trabalho assalariado e formalização das relações trabalhistas, houve uma regressão no mercado de trabalho, com aumento de desemprego, de vínculos vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração de renda. Ou seja, essa década representa uma maior degradação das relações trabalhistas e da classe que vive do trabalho. Além disto o Estado de Bem-estar é o seu alvo a ser destruído. Saúde, educação e habitação, por exemplo, sofrem perdas de recursos públicos, que agora se voltam para a contenção de déficit público. Não se trata de um

Estado fraco, mas perverso, onde seu poder se volta decididamente para a economia, no mercado, no entanto, a favor do capital internacional.

“Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e das necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade.”

(BRAVERMAN)

### *Globalização, terceirização, flexibilidade e informalidade: mudanças no mundo do trabalho.*

Diante dos fatores da atual economia de mercado, como dificuldades em vender mercadorias produzidas e alcançar os objetivos de rentabilidade, as empresas tendem a reduzir investimentos. Um meio utilizado pelas empresas para a redução de custos e gastos é transferir para empresas menores ou para empresários terceirizados e automatizados as parcelas menos rentáveis da produção. Porém, estas contratam em condições precárias de trabalho.

“(…), as empresas buscam incessantes cortes de pessoal, elevação da jornada de trabalho, e definições de salário segundo méritos individuais. Não sem razão, de tempos em tempos, novas ondas de enxugamento são realizadas pelas grandes empresas, assessoradas por consultorias milionárias e por novas modas globais (...)”.(MATTOSO, 1998, p.68)

“Para obter taxas máximas de rendimento, as empresas procuram minimizar o custo do trabalho e maximizar sua eficácia produtiva, acarretando as compressões de efeitos e a “externalização” de um número crescente de tarefas em condições cada vez mais precárias e cada vez menos desprotegidas”. (CASTEL, 1998, p. 153)

Segundo Neves<sup>1</sup>, em seu artigo “Gênero, mercado de trabalho e qualificação”, com a globalização e a *reestruturação produtiva*<sup>2</sup> as realidades do trabalho vêm mudando de

---

<sup>1</sup> Neste caso a referência ao ano está ausente por falta de dados no artigo.

<sup>2</sup> A reestruturação econômica e produtiva tem se caracterizado, particularmente nas últimas décadas, como um processo abrangente e de expressivo impacto sobre o mundo do trabalho. Significa construir alternativas que impliquem na melhoria das condições de trabalho, na redução das taxas de rotatividade, redução das jornadas de trabalho e no progresso salarial. Entretanto, este processo é extremamente heterogêneo, convivendo novas tecnologias e novas formas organizacionais com sistemas e estruturas ainda típicos do modelo taylorista-fordista de organização de produção; e etilos autoritários e hierarquizados de gestão do trabalho. (DIEESE, [www.smabc.org.br/dieese/reestruturação.htm](http://www.smabc.org.br/dieese/reestruturação.htm))

maneira muito significativa. Como consequência de todo este processo observa-se no trabalho uma dupla transformação que se configura tanto nas formas de emprego, quanto no seu conteúdo. A autora afirma que no emprego, diversas são as formas de contratação caracterizando-se pela exigência de trabalho estável e qualificado, como também, de contratos temporários, implicando na precarização das relações de trabalho, nas formas instáveis de emprego e na utilização flexível da mão-de-obra, e ainda aumento de desemprego com a diminuição constante dos postos de trabalho.

Segundo Castel (1998), o fenômeno da globalização a partir da dinâmica econômica que a subentende teve como consequência a geração de várias mudanças no regime geral do trabalho: “uma metamorfose ou uma mutação profunda da organização do trabalho”. Castel explica que o Brasil nunca foi verdadeiramente uma “sociedade salarial”, ou seja, uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais recebem salários, e mais, onde esses sujeitos recebem não somente sua renda, mas seu estatuto, seu reconhecimento e sua proteção social. Ou seja, a sociedade salarial acabou promovendo uma mudança relacionada ao trabalho, modificando a velha forma relacionada apenas à propriedade. A partir daí, o conjunto dos assalariados ganhou dignidade. Não obstante, a sociedade salarial comporta a hierarquia, não é uma sociedade de iguais, comporta também injustiça e a exploração. No entanto, esta faz com que cada um tenha um mínimo de garantias e direitos que cada vez mais desaparece para a classe trabalhadora atual.

Sobre as regulações que intervieram recentemente na ordem do trabalho, a situação começou a degradar-se de forma mais bruta no início dos anos 90. Antes, o trabalho assalariado constituiu, muitas vezes, uma condição sólida a que estavam relacionadas garantias e direitos. Porém nos dias atuais falar isto pode causar espanto à classe que vive do trabalho. Castel (1998) ressalta este ponto através do que chama de *crise da relação salarial que conseguiu associar trabalho e segurança*, presentes na precarização crescente das relações de trabalho e no crescente desemprego em massa.

“Tratando-se da precarização, e lembrando que neste momento refiro-me à situação francesa, os contratos por tempo indeterminado (CDI) eram hegemônicos no começo dos anos 70. Atualmente são ainda amplamente majoritários “em estoque”, isto é, há uma ampla maioria que trabalha ainda sob o regime (CDI). Mas se raciocinarmos em fluxo, ou seja, se

considerarmos as pessoas que entram hoje no mercado de trabalho, constata-se que 70% o fazem sob outras formas de contrato, os CDD (contrato por tempo determinado), interinidade, tempo parcial etc. O que significa, pelo menos a médio prazo, que a precariedade do trabalho vem substituindo a estabilidade como regime dominante da organização do emprego”. (CASTEL, 1998, p.151)<sup>3</sup>

Castel (1998) afirma que se torna cada vez mais claro que as estratégias do capitalismo financeiro internacional visam atacar, formalmente, a proteção ao trabalho. Novas tecnologias permitem a desterritorialização das tarefas, o trabalho à distância por prestadores de serviço “independentes” podendo atender rapidamente à demanda e garantindo uma flexibilidade máxima.

Segundo notícia da *FOLHA ONLINE* (fevereiro/2004), estudo encomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirma que o atual modelo da globalização deve ser reformulado, pois este produz uma situação geral de desemprego. O relatório da organização intitulado “Uma globalização justa: criando oportunidade para todos” trabalha com a idéia de que há desequilíbrios no funcionamento da economia global, eticamente inaceitáveis e politicamente insustentáveis. Os elaboradores do relatório, presidentes da Finlândia, Tarja Halonen; e da Tailândia, Benjamin Mkapa, argumentam que a questão do emprego é central para qualquer estratégia de ampliação dos benefícios trazidos pela globalização. O estudo destaca que o desemprego no mundo atingiu 185 milhões de pessoas, além do crescimento desenfreado da economia informal. No entanto, o mesmo relatório afirma existir um potencial benéfico por parte da globalização. Graças a ela alguns conceitos como a democracia, a proteção ambiental, o respeito aos direitos humanos, assim como os direitos da mulher e a oposição ao trabalho infantil ganharam força no cenário social global. No que diz respeito à América Latina, o documento afirma que os debates ocorridos nesta parte do mundo foram marcados por grande ceticismo com relação à capacidade da globalização trazer benefícios à região. Os autores argumentam que as críticas à globalização foram potencializadas porque os diálogos latino-americanos aconteceram em uma época em que o colapso da Argentina e seu efeito sobre os países

---

<sup>3</sup> “Uma das maiores diferenças entre a França e o Brasil consiste em que o Brasil nunca chegou a ser uma sociedade salarial na qual vigorasse o emprego assalariado protegido, que descrevi; ela nunca foi hegemônica (...). Contudo até dez anos atrás poder-se-ia pensar que o Brasil (...) tendia a aproximar-se desse modelo com a modernização da sociedade, a industrialização e a urbanização crescente, e também a evolução para a democracia. Acontece que o Brasil foi atingido no meio dessa trajetória pela ofensiva neoliberal, que traduz a hegemonia do capital financeiro internacional”. (CASTEL, 1998, p. 162)



vizinhos faziam os governantes e a sociedade civil latino-americana duvidar dos benefícios da globalização. Já no caso específico brasileiro, uma observação relevante do relatório é o fato de que o diálogo no Brasil destacou a eliminação da fome, educação universal e trabalho como itens essenciais na nova agenda, ao passo que anteriormente dominavam aspectos comerciais, financeiros e tecnológicos.

Carvalho (1997) afirma que as pesquisas de opinião pública revelam que o desemprego se transformou no maior problema econômico e social do Brasil e do mundo. Segundo o mesmo, com base nos dados da Confederação Nacional da Indústria de fevereiro de 1996, 67% da população ocupada temiam a perda do emprego. Além disto, a nível mundial, dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 1997 mostram que o número de desempregados no mundo chegava a 120 milhões de pessoas e de subempregados a 700 milhões.

Tabela: Taxa de desemprego urbano em % na América Latina/ década de 1990.

País	Discriminação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Argentina	Áreas urbanas	6,5	7,0	9,6	11,5	17,2	17,2	14,9
Bolívia	Capitais departamentais	5,8	5,4	5,8	3,1	3,6	4,2	Nd
<b>Brasil</b>	<b>Seis áreas metropolitanas</b>	<b>4,8</b>	<b>5,8</b>	<b>5,4</b>	<b>5,1</b>	<b>4,6</b>	<b>5,4</b>	<b>5,8</b>
Chile	Região Metropolitana	9,3	7,0	6,2	8,3	7,4	7,0	7,5
Colômbia	Sete áreas metropolitanas	10,2	10,2	8,6	8,9	8,8	11,2	12,6
Equador	Total urbano	8,5	8,9	8,9	7,8	7,7	10,4	9,3
México	Áreas Urbanas	2,7	2,8	3,4	3,7	6,2	5,5	3,9
Paraguai	Assunção metropolitana	5,1	5,3	5,1	4,4	5,3	8,2	Nd
Peru	Lima metropolitana	5,9	9,4	9,9	8,8	9,3	8,8	9,1
Uruguai	Total urbano	8,9	9,0	8,3	9,2	10,3	9,0	11,9
Venezuela	Total urbano	10,1	8,1	6,8	8,9	10,9	12,3	12,8

Fonte: Revista Rumos e The Economist. In: [www.geocities.com](http://www.geocities.com)

Nd = dado não disponível.

Segundo Antunes (2002) o mundo do trabalho vivencia, em tempos atuais, um fenômeno que o autor designa *subproletarização*<sup>4</sup>, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado.

As condições de trabalho no capitalismo contemporâneo são caracterizadas por aspectos tais como a desproletarização<sup>5</sup> do trabalho industrial, fabril, fato este que ocorre tanto nos países de capitalismo avançado como nos países industrializados do *Terceiro Mundo*. Isto quer dizer que houve redução da classe operária industrial tradicional. Simultaneamente a este processo houve uma expansão do trabalho assalariado no setor de serviços.

Tudo isto vai ao encontro das idéias de Castel, onde este observa que desenvolve-se cada vez mais uma espécie de segundo mercado de trabalho que não está mais incluído no sistema salarial, provedor de salários subpagos e subprotegidos, no seio do qual os mais jovens e as mulheres são majoritários.

Nesse sentido podemos citar também o *Boletim Informativo* de pesquisadores do Cedeplar (dezembro de 2003), no qual afirmam que apesar das mulheres estarem cada vez mais conquistando um lugar no mercado de trabalho, não significa que a discriminação e a idéia da inferioridade feminina fazem parte do passado, mas que tudo isto está relacionado ao fato de que, atualmente, os cursos universitários têm sido ocupados em maior parte por mulheres e, além disto, pelo fato da diferença salarial, pois os salários das mulheres muitas vezes são menores que os dos homens que ocupam o mesmo cargo. No intuito de reforçar essa idéia podemos também citar Antunes (2002), quando este afirma que as transformações que ocorreram na estrutura produtiva e no mercado de trabalho tiveram como consequência a incorporação e o aumento da exploração da força de trabalho

---

<sup>4</sup> Formas de trabalho precários com diminuição de direitos. Fenômeno não quantitativo, mas qualitativo.

<sup>5</sup> Diminuição relativa do trabalho dentro das indústrias. A década de 1990 trouxe uma mudança marcante, a redução da importância do emprego industrial e aumento do emprego doméstico e no setor de serviços, mais flexíveis e menos estruturados.

Embora o avanço tecnológico seja adotado como realidade concreta, não se dispensou o trabalho vivo como fonte produtora de valor e de mais valia. Pode-se perceber, no mundo do trabalho, um conjunto de processos dos quais ANTUNES (2002) chama de "*desproletarização do trabalho industrial, fabril*". Ocorre uma bipolarização, de um lado uma mudança quantitativa (redução do número de operários tradicionais), de outro, uma qualitativa. Assim constata-se um processo contraditório pois há uma intensa desqualificação de alguns ramos ao mesmo tempo em que se qualifica outros, complexificando, heterogeneizando e fragmentando ainda mais o mundo do trabalho.

feminina em ocupações de tempo parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital.

Tabela: Taxa de participação no mercado de trabalho brasileiro – Ano: 2003

<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>
Belo Horizonte	53,1	68,5
Distrito Federal	58,1	72,0
Porto Alegre	49,1	67,8
Recife	43,9	63,0
Salvador	56,3	70,3
São Paulo	55,1	73,0

Fonte: DIEESE/SEADE - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Tabela: Variação da taxa de participação no mercado de trabalho – Anos: 2003/1998

<b>Regiões Metropolitanas</b>	<b>Mulher</b>	<b>Homem</b>
Belo Horizonte	11,3	-0,1
Distrito Federal	7,2	1,7
Porto Alegre	6,5	-0,9
Recife	0,7	-4,3
Salvador	7,2	2,3
São Paulo	8,5	-0,4

Fonte: DIEESE/SEADE - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Tabela: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por anos de estudo, segundo classes de rendimento mensal em salários mínimos. Estado do Rio de Janeiro – 1999.

Rendimento mensal	Total	Sem Instrução	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 a 14 anos de estudo	15 e mais anos de estudo	Não determinado
<b>Homens*</b>	<b>3 373 327</b>	<b>198 393</b>	<b>394 569</b>	<b>1 000 493</b>	<b>689 425</b>	<b>748 415</b>	<b>334 953</b>	<b>7 079</b>
Até ½ sal.	26 564	3 057	6 361	10 066	6 676	404	-	-
Mais de ½ s até 1 sal.	247 407	40 305	51 647	94 129	41 526	17 059	1 371	1 370
Mais de 5 a 10 sal.	547 899	9 013	26 860	106 555	111 161	222 056	71 850	404
Mais de 10 a 20 sal.	244 117	2 090	6 450	19 463	20 814	96 227	98 511	562
<b>Mulheres*</b>	<b>2 256 670</b>	<b>116 224</b>	<b>217 574</b>	<b>537 245</b>	<b>409 209</b>	<b>657 122</b>	<b>313 744</b>	<b>55 552</b>
Até ½ sal.	54 335	7 326	8 134	23 187	10 943	3 621	562	562
Mais de ½ s até 1 sal.	356 363	38 578	68 299	134 230	71 306	40 893	1 529	1 528
Mais de 5 a 10 sal.	242 147	562	3 460	13 348	22 412	107 538	94 837	-
Mais de 10 a 20 sal.	112 961	-	2 248	2 652	5 058	27 965	75 038	-

Fonte: CIDE/2001

\* Número relativo ao número total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, incluindo as classes de rendimento que não aparece nesta tabela.

Salerno (1993), ao falar sobre a flexibilidade dos processos de trabalho, conceitua este fenômeno através da sistematização elaborada por Boyer (1986). Este enumera cinco novos aspectos. São eles: i) flexibilidade da organização da produção, aptidão de ajustar os equipamentos a uma demanda variável em volume e composição que está relacionada a equipamentos multiuso, automação microeletrônica; ii) capacidade dos trabalhadores trocarem de posto numa dada organização do trabalho, ou seja, idéia de polivalência dos trabalhadores com ampla formação, esta está relacionada à multiquificação e não apenas à multitarefa; iii) flexibilidade nos contratos de trabalho, possibilidade de variar o emprego, a duração e o local de realização do trabalho (linhas, seções, etc); iv) flexibilidade na formação de salários, com revisão permanente dos salários em função da conjuntura, salários variando conforme o desemprego, produtividade, dentre outros fatores; v) redução dos encargos e regulamentações sociais. Redução da carga fiscal, encargos, regulamentações públicas, que limitem a possibilidade de gestão das empresas, tendo como consequência o aumento dos setores da economia informal.

A reestruturação produtiva, no entanto, tem como consequência um processo de produção apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos consumos e dos padrões de consumo da força de trabalho.

É importante ressaltar que além do novo padrão de flexibilidade, muitas empresas passam a adotar o novo padrão de gestão baseado na qualidade total. Este padrão de gestão busca uma racionalização do trabalho baseada na adoção de técnicas japonesas, tendo o objetivo de aumentar a produtividade e minimizar os custos. Essas técnicas estabelecem uma nova dinâmica, não só interna às empresas, mas externas no conjunto da cadeia produtiva.

Um outro elemento importante da nova gestão e organização do trabalho, é que o indivíduo é colocado no centro do processo produtivo e da organização do trabalho, com exigências de responsabilidades e de respostas rápidas aos imprevistos. Simultaneamente à transformação do funcionamento da empresa e da organização do trabalho, torna-se imperativo que os indivíduos sejam aptos a participar deste jogo, ou seja, se eles não estão aptos a se envolver ou a mobilizar seus saberes, técnicas, competências e iniciativas, eles não estão aptos a participar das atividades da empresa. Cada vez mais aumenta a tendência de exigência das firmas de que o trabalhador saiba interagir com os objetivos da empresa,

e para isto elas adotam uma série de medidas em um contexto de controle, tensão e solicitações. O apelo à subjetividade do trabalhador é constante dos novos modelos, investindo na motivação e no desenvolvimento da qualidade pessoal de cada um.

As novas exigências de qualificação estão baseadas em fatores tais como a flexibilidade, individualização e subjetividade.

Segundo Leite (1997), quando se pensa na relação entre emprego e formação da mão de obra refere-se à distinção entre diferentes habilidades ou tipos de competência requeridos pelo mercado de trabalho. A autora afirma que escolaridade e qualificação técnica constituem duas formas diferentes de competência e possuem comportamento diferenciado no mercado de trabalho. Se, por um lado, existe hoje uma exigência cada vez maior em termos de escolaridade, por outro, a questão da competência profissional vem passando por uma série de transformações.

A noção de competência reduz a noção de qualificação em seus aspectos multidimensionais e se apresenta centrada na habilidade individual de se mobilizar para a resolução de problemas. Isto, para o atual quadro do mercado de trabalho é muito mais importante do que bagagem de conhecimentos. O profissional ideal tem de ter conhecimento dos objetivos da empresa e se comprometer com os mesmos.

Atualmente, devido a toda esta conjuntura, muitas são as formas de emprego em que se exige do trabalhador disponibilidade total e constante, ou seja, uma conversão total aos valores da empresa, de forma que o sujeito social acaba se comprometendo muito mais com a sua empresa que com sua própria vida pessoal e família. Cada vez mais o medo da dispensa do trabalho e do *exército de reserva* acentuam ainda mais essa pressão. O indivíduo é levado a pensar no trabalho fora da situação de trabalho e tenta garantir-se contra uma má avaliação superinvestindo no mesmo. Deste caso a indústria de petróleo é um bom exemplo, pois é bastante visível a dedicação, muitas vezes sofrida e prejudicial à saúde física e mental, e além disto a falta de tempo para o lazer; principalmente para os trabalhadores de empresas multinacionais e privadas do setor.

Ainda segundo Leite (1997), não se pode esquecer que o atual conceito de competência joga sobre o próprio trabalhador a responsabilidade pelo desemprego, já que faz com que o mesmo pareça ser inapto à condição de empregado acaso este não consiga uma ocupação.

Os fenômenos citados anteriormente, oriundos da *subproletarização*, acabam por gerar a expansão do desemprego estrutural<sup>6</sup> que não atinge somente os países subdesenvolvidos, ou seja, é um fenômeno global.

“Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora”. (ANTUNES, 2002, p. 50)

Antunes, no entanto, classifica este processo como múltiplo e contraditório. Sobre a desproletarização do mundo do trabalho fabril e industrial, este autor cita o exemplo da França e faz menção à Frank Annunziato no que se refere às oscilações na força de trabalho nos EUA. Dados evidenciam, de um lado, a retração dos trabalhadores da indústria manufatureira e também da mineração e dos trabalhadores agrícolas. De outro lado, tem-se um *boom*, ou seja, crescimento expressivo do setor de serviços que, segundo Annunziato (1989, p. 107, *apud* ANTUNES, 2002, p. 51) “inclui tanto a “indústria de serviços”, quanto o pequeno e grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de negócios, de divertimentos, da saúde, os serviços legais e gerais”.

Na mesma linha de Antunes, Neves argumenta que as transformações do mundo do trabalho apresentam-se contraditórias e paradoxais, pois o novo modelo flexível exige atividades a serem executadas em equipe, trabalhadores polivalentes com a capacidade de autonomia e responsabilidades, mas, ao mesmo tempo, um número expressivo de tarefas permanecem repetitivas e monótonas com exigência de um ritmo intenso, como consequência da nova lógica da organização produtiva baseada no *just-in-time*.

Antunes (2002) afirma que a redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países do capitalismo avançado ocorre, por um lado, em função do

---

<sup>6</sup> Tipo de desemprego originado por mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas): em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado à curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra. (SANDRONI, P., 2002)

quadro recessivo, por outro em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma alta taxa de desemprego estrutural.

Paralelamente à elevação do desemprego estrutural, e tão relevante quanto a mesma, se dá o fenômeno da *subproletarização* do trabalho, ou seja, formas de trabalho vinculados à informalidade. Sobre o que falamos no momento podemos acrescentar:

“(...) essas diversas categorias de trabalhadores, têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial”. (BIHR,1991, p.89, *apud* ANTUNES, 2002, p. 52)

O mercado de trabalho atual busca, incessantemente, a redução do número de trabalhadores *centrais* e emprega cada vez mais a força de trabalho *periférica*, ou seja, aquela mão-de-obra que entra facilmente e é demitida sem custos.

Segundo Lesbaupin (2001) fazendo menção à Harvey (1993), no momento em que o contrato de trabalho em tempo integral e por tempo indeterminado se reduz cada vez mais, o resultado é uma estrutura de mercado em três círculos concêntricos. Nestes círculos, o *centro* é ocupado por empregados em tempo integral, fundamentais para o desenvolvimento da produção. Estes são os que gozam de maior segurança no emprego e é o grupo que se reduz cada vez mais. Já a *periferia* abrange dois grupos distintos; o primeiro se constitui por empregados em tempo integral, mas com habilidades facilmente disponíveis no mercado. Este grupo tende a ser caracterizado por uma alta taxa de rotatividade, com menos acesso a oportunidades de emprego. O segundo grupo é constituído por empregados em tempo parcial, temporários, subcontratados, etc. Este é grupo que tende a crescer cada vez mais, sem segurança no emprego.

Cabe ressaltar que, dentro do centro da classe trabalhadora, muitas vezes os altos custos de dispensa temporária de empregados do grupo central levam às empresas a subcontratar, mesmo nas funções de alto nível.

Diante disto, podemos perceber que ao mesmo tempo em que cresce o que Antunes chama de *subproletarização* do trabalho, decresce o número de empregos em tempo completo, mesmo no capitalismo avançado.

Contudo, outro aspecto importante dentro deste quadro de desproletarização<sup>7</sup> relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, da subproletarização do trabalho, é o intenso processo de assalariamento dos setores médios, decorrentes da expansão do setor de serviços.

“Isso permite indicar que “nas pesquisas sobre a estrutura e as tendências de desenvolvimento das sociedades ocidentais altamente industrializadas encontramos, de modo cada vez mais freqüente, sua caracterização como “sociedade de serviços””. (OFFER, BEGER, *apud* ANTUNES, 2002, p. 55)

Não obstante, o crescimento do setor de serviços de nada indica ou conduz à conclusão de que se deva aceitar a tese das sociedades pós-industriais ou pós-capitalistas. O setor de serviços não é autônomo, ou seja, não se trata de um setor com acumulação de capital autônomo, mas dependente da acumulação industrial propriamente dita.

Outra conseqüência muito importante que se dá no interior da classe trabalhadora é a de que simultaneamente à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, tanto impulsiona para uma maior qualificação do trabalho, quanto para uma maior desqualificação. No primeiro caso:

“A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante – ou, em outras palavras, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto – oferece como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas, a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx (1972: 228) chamou de “supervisor e regulador do processo de produção. Porém, a plena efetivação desta tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital.” (ANTUNES, 2002, p. 55)

Segundo o pensamento marxista, o capital mesmo é uma contradição em processo, pois apesar de tender a reduzir a um mínimo de tempo de trabalho, converte o tempo de trabalho em única medida e fonte de riqueza. Ou seja, diminui o tempo de trabalho na forma de trabalho necessário<sup>8</sup>, mas aumenta-o na forma de trabalho excedente. O

---

<sup>8</sup> Conceito relacionado com a medida quantitativa do valor que Marx escreveu em *O Capital*. O trabalho socialmente necessário é, portanto, sinônimo de trabalho abstrato, que é a substância do valor e sua medida se faz em unidades de tempo. Evidentemente, as empresas mais eficientes nas quais o tempo de trabalho é inferior ao tempo de trabalho socialmente necessário realizarão uma maior parcela de mais-valia como lucro por unidade produzida do que as firmas menos eficientes. (DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA, 1983, p. 386-387)



crescente trabalho excedente se torna condição do trabalho necessário. Ao mesmo tempo que “desperta para a vida todos os poderes da ciência e da natureza, assim como o da cooperação e do intercambio social, para fazer com que a criação da riqueza seja (relativamente independente do tempo de trabalho empregado por ela”, “mensura com o tempo de trabalho estas gigantescas forças sociais criadas desse modo e as reduz aos limites requeridos para que o valor já criado se conserve como valor”. (MARX, *apud* ANTUNES, 2002, p. 58) Esta seria a contradição típica do processo capitalista para Marx. Tendência esta que Antunes afirma que sua efetivação plena supõe a ruptura em relação à lógica do capital; e mais, que evidencia que o modo de produção capitalista pressupõe e não sobrevive sem o trabalho como fonte criadora de valor, podendo ocorrer apenas uma mudança no interior do processo do trabalho, decorrentes das evoluções tecnológica e científica que se configuram pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social.

O desemprego, no entanto, em parte é produzido pela introdução de novas tecnologias. Mas uma parte significativa do desemprego atual é conseqüência do aumento das horas extras e da extensa jornada de trabalho.

Lojkine, em relação à uma maior qualificação e intelectualização do trabalho, afirma que a imagem do trabalhador manual não representa o novo trabalho operário nas indústrias. Os ramos do operariado se qualificaram, como exemplo teríamos o operador vigilante, o técnico de manutenção, o programador, o controlador de qualidade, o técnico da divisão de pesquisa, o engenheiro encarregado da coordenação técnica, etc. Está havendo uma cooperação necessária entre os trabalhadores. (LOJKINE, *apud* ANTUNES, 2002, p. 60)

No entanto, é importante ressaltar que diante à qualificação está também presente a desqualificação da classe trabalhadora, as mudanças que ocorrem no interior desta classe variam de ramo para ramo e de setor para setor.

---

“Desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, como no mineiro, metalúrgico e construção naval, praticamente desapareceu em setores que foram inteiramente informatizados, como nos gráficos, e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde se pode presenciar “a formação de um segmento particular de ‘operários técnicos’ de alta

responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário.”” (LOJKINE, *apud* ANTUNES, 2002, p. 60)

Com relação à indústria de petróleo isto pode ser observado nitidamente, pois a atividade deste setor requer muita responsabilidade diante dos riscos da mesma o que demanda, conseqüentemente, profissionais atentos e especializados nas atividades em que desenvolvem.

Como dito anteriormente, o processo de qualificação não se deu em todos os setores produtivos. A desqualificação foi atingida por vários setores operários, o que levou à uma desespecialização do operariado industrial oriundo do fordismo<sup>9</sup> e, também, à massa de trabalhadores temporários, sem nenhuma garantia de emprego; aos trabalhadores parciais, precariamente integrados à empresa; aos subcontratados e terceirizados, mesmo havendo também terceirização ultraqualificados ( os serviços de engenharia do setor petrolífero valem como um bom exemplo deste caso); aos trabalhadores da economia informal.

Com relação à desespecialização dos operários, o toyotismo contribuiu para a ocorrência deste fato, visto que este modelo criou trabalhadores multifuncionais, tudo isto, segundo Ricardo Antunes, também constituiu um ataque ao saber profissional dos operários qualificados, visto que diminuiu seu poder sobre a produção e aumentou a intensidade do trabalho. “Os trabalhadores qualificados enfrentaram este movimento de desespecialização como um ataque à sua profissão e qualificação, bem como o poder de negociação que a qualificação lhes conferia, realizando inclusive greves contra esta tendência”. (CORIAT, *apud* ANTUNES, 2002, p. 61) Isto revela a forma pelo qual o toyotismo está estritamente ligado à desespecialização da classe operária, tendo o modelo japonês um caráter polivalente.

---

<sup>9</sup> Conjunto de métodos de racionalização de produção, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Adoção da verticalização das empresas, chegando a dominar não apenas as fontes de matéria-prima, mas até os transportes de seus produtos.

Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa e dotada de tecnologia máxima para garantir maior produtividade. O trabalho deveria ser altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. Defende também que os trabalhadores devem ser bem remunerados e a jornada de trabalho não muito longa para garantir uma melhor produção. (SANDRONI, P.,2002)

Podemos concluir que não há apenas uma tendência para a qualificação do trabalho. O que ocorre é uma via de mão dupla, onde paralelamente ao processo de qualificação está o processo de desqualificação dos trabalhadores, o que caracteriza um processo contraditório que ultraqualifica em certos ramos e setores produtivos e desqualifica em outros.

A classe trabalhadora está cada vez mais complexa, fragmentada e heterogênea. Esta classe é como uma moeda, tem dois lados. De um lado está a intelectualização do trabalho manual, de outro, a desqualificação e o fenômeno da subproletarização presentes nas formas precárias e até sub-humanas de trabalho. Se tende a nos parecer ser a primeira forma mais compatível com o sistema atual com seus avanços tecnológicos e suas formas *racionais*, é bom que nos atentemos para a segunda forma que também está completamente sintonizada com a *racionalidade* do sistema, no que tange à sua lógica destrutiva.

Logo, através de todas essas mudanças, surgiu uma nova exigência no perfil dos trabalhadores e de novas qualificações. A nova tendência do mercado de trabalho é a de reduzir o número dos trabalhadores centrais, de tempo integral, de maior segurança no emprego e vantagens indiretas generosas, e aumentar o número de trabalhadores flexíveis, com contratos temporários, de tempo parcial e subcontratados.

Fazendo uma ponte entre as idéias de Castel e Antunes, estes deixam claro que a ausência de trabalho, através do desemprego, não significa distanciamento do trabalho. A maior parte dos desempregados se preocupam diariamente com esta situação que os deixam sem dignidade. Entre os desejos atuais, o emprego está *a priori*.

“A ausência de emprego é problemática e na maior parte das vezes desesperadora” “(...) parece indecente construir discursos que celebrem o fim da centralidade do trabalho a partir da situação globalmente negativa dos demandantes de emprego”, afirma Castel (1998, p.157).

*“Mas é ainda sobre o trabalho, quer se tenha, quer se falte, quer seja precário ou garantido, que continua a desenrolar-se, hoje em dia, o destino de grande maioria dos atores sociais”.* (CASTEL, 1998, p. 157)

Contudo, este estudo vem reforçar, através dos autores citados, a todo instante, a idéia de que não se pode falar da perda da centralidade do trabalho. Este permanece quer positiva ou negativamente no centro das preocupações dos diversos atores sociais.

### *Macaé, um breve histórico:*

Situada na Região Norte Fluminense (composta também pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra), a ocupação da área de Macaé remonta à primeira metade do século XVII. Seu núcleo inicial progrediu apoiado na economia canavieira, em torno da Fazenda dos Jesuítas de Macaé (1630).

Segundo dados do IBGE/CIDE (2001), a área total de Macaé corresponde a 12,6% da área da Região Norte Fluminense, ou seja, 1.229,1 km<sup>2</sup>. **Ver no anuário o número de habitantes, proporção de homens e de mulheres.**

Macaé passou à categoria de Vila em 1813, com o nome de São João de Macaé, cujo território foi desmembrado dos atuais municípios de Campos dos Goytacazes e Cabo Frio. O processo de evolução da Vila de Macaé foi rápido, pois sua posição geográfica proporcionava maior acessibilidade ao Norte Fluminense, o que a elevou à categoria de cidade em 1846.

O cultivo da cana-de-açúcar, que por muitos anos foi a base da economia de Macaé, respondeu por um crescimento demográfico significativo nos séculos XVIII e XIX. Até o início do século XX, a economia do município baseava-se no cultivo da cana-de-açúcar, do café, da pecuária e da extração do pescado.

À partir da descoberta de petróleo na região no início da década de 70, e com a chegada da Petrobras, Macaé passa por um novo momento econômico que culmina, também, em um acelerado crescimento demográfico. Da Bacia de Campos é extraído 80% do petróleo brasileiro, motivo este que levou a mídia e os veículos informacionais a conferir à Macaé o título de capital nacional do petróleo. Apesar do nome *Bacia de Campos*, é em Macaé que se situam as instalações da Petrobras e as empresas do setor *offshore*. Podemos dizer que a partir desta situação a cidade passou por um *boom* industrial no setor petrolífero, principalmente a partir da quebra do monopólio do petróleo no segmento E & P pela lei 9.478, de 6 de agosto de 1997.

O centro urbano de Macaé “desenvolveu-se na margem direita da foz do Rio Macaé, expandindo-se para o sul, pelas áreas planas, entre praias e colinas suaves. Atualmente, cresce nas baixas encostas em direção ao interior e na faixa de praias para o

sul e norte”. ( Estudo socioeconômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 1997-2001)

O estudo socioeconômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que vai do período 1997-2001, revela que o município apresentou uma taxa média geométrica de crescimento no período referido de 3,85% ao ano, sendo que na região Norte Fluminense esta taxa representou 1,46% e no Estado, 1,28%. Revela também, com base nos resultados preliminares do Censo 2000 do CIDE, uma taxa de urbanização correspondente a 95,1% da população, sendo que na Região Norte Fluminense esta taxa corresponde a 85,1%.

Ver número de eleitores de Macaé e calcular % diante a pop. . Número de domicílios, também.

### *O mercado de trabalho no setor petrolífero:*

Com a quebra do monopólio do petróleo em fins da década de 90, uma nova exigência foi estabelecida no setor, esta é a ampliação do mercado de trabalho. Após a abertura econômica, o setor petrolífero em plena expansão se tornou responsável pela significativa entrada de empresas estrangeiras no Brasil. Macaé é um caso típico do que estamos falando.

Durante a década de 50, quando a Petrobras surgiu ( Governo Getúlio Vargas), o setor tinha grande dificuldade em contratar pessoal capacitado. Esta situação levou à busca de profissionais no exterior, ou como alternativa a Petrobras capacitava seus empregados por meio de cursos de pós-graduação em outros países. No início, a Europa era a referencia, e, posteriormente, com o fortalecimento da indústria norte-americana, os estudos passaram a se realizar nos Estados Unidos. Porém, tudo isto gerava uma custo excessivo para a Petrobras. Para solucionar este problema, foram criados dois centros internos de treinamento, no Rio de Janeiro e na Bahia, o que resolveu, em parte, o problema da mão-de-obra especializada. Assim, deu-se inicio ao processo de preparação de um quadro de funcionários que tinha como alvo engenheiros das diversas áreas e geólogos. Estes chegavam na Petrobras e, mais tarde se tornavam *engenheiros de petróleo*, sempre se reciclando através de cursos periódicos. Estes cursos até hoje são oferecidos aos empregados sem formação acadêmica na área.

É importante ressaltar que a indústria petrolífera desenvolve atividades industriais de outros ramos, ou seja, alimenta ainda mais outras indústrias, principalmente a de fornecedores de peças e de serviços. Modifica o mercado gerando novos cursos, novas possibilidades de formação de mão-de-obra, de pesquisadores e de profissionais.

Especificamente em Macaé, há uma grande carência de profissionais capacitados, o que faz com as indústrias busquem mão-de-obra de municípios vizinhos, muitos deles de Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Barra de São João e Casimiro de Abreu. Em sua maioria, esses têm formação técnica.

Durante as entrevistas realizadas com representantes das empresas multinacionais de grande porte, constatamos que a mão-de-obra de nível superior e mais qualificada geralmente não vem da Região Norte Fluminense. Foi muito citada a capital do Rio de

Janeiro como busca deste tipo de mão-de-obra. Muito elogiados foram os mineiros, por uma das empresas de maior porte de Macaé. Nota-se que os profissionais que requerem um maior grau de responsabilidade são mandados ao exterior e sempre estão fazendo cursos de capacitação.

Por mais qualificados que sejam academicamente, os profissionais do setor petrolífero sempre necessitam de treinamento ao chegar nas empresas, devido à especificidade dos serviços e dos equipamentos.

Sobre esta questão da qualificação é importante dizer que está sediado em Macaé um importante centro de educação e pesquisa na área do petróleo, de onde sai muita mão-de-obra *central* dentro da referida denominação *centro x periferia do trabalho*. Estamos falando do LENEP, laboratório do curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Este curso, o único do Brasil, forma profissionais altamente capacitados e absorvidos pelo mercado do petróleo.

No entanto, este *maravilhoso* cenário de geração de empregos da indústria do petróleo não é tão bom quanto parece. A população macaense reclama sobre a situação de desemprego, nem mesmo a *capital do petróleo* está à margem da atual conjuntura de desemprego.

Em nosso estudo de campo percebemos que o no senso comum permeia a idéia de que a indústria do petróleo está empregando uma parcela razoável da população, quase todos têm citam conhecidos ou parentes que trabalham neste ramo. A condição de trabalho, no entanto, não é tão boa quanto parece. Geralmente os salários são baixos, principalmente se considerarmos os riscos enfrentados pelos trabalhadores que embarcam, além dos fatores psicológicos, de saúde, etc, e a responsabilidade que carregam. Neste setor o nível de terceirização é muito grande, e conseqüentemente vê-se no ramo o fenômeno da *subproletarização*.

Mais tarde vamos quantificar - com base nos questionários aplicados em Macaé, tanto para a população, quanto para os trabalhadores de empresas do ramo petrolífero especificamente – os dados que temos e analisá-los tendo como base o fenômeno da subproletarização e precarização da classe trabalhadora.



### *Indústria do Petróleo, Macaé e mercado de trabalho: considerações iniciais.*

Com a quebra do monopólio do petróleo em fins da década de 90, uma nova exigência foi estabelecida neste setor, esta é ampliação do mercado de trabalho. Após a abertura econômica, o setor petrolífero em plena expansão se tornou responsável pela significativa entrada de empresas estrangeiras no Brasil. Macaé é um caso típico do que estamos falando.

Durante a década de 50, com o surgimento da Petrobras no governo Vargas, o setor petrolífero tinha grande dificuldade em contratar pessoal capacitado. Esta situação levou à busca de profissionais no exterior, ou como alternativa a Petrobras capacitava seus empregados por meio de cursos de pós-graduação em outros países. No início a Europa era a referência, e, posteriormente, com o fortalecimento da indústria norte-americana, os estudos passaram a se realizar nos Estados Unidos. Para solucionar este problema foram criados dois centros internos de treinamento, no Rio de Janeiro e na Bahia, o que resolveu em parte o problema da mão-de-obra especializada. Assim deu-se início ao processo de preparação de um quadro de funcionários que tinha como alvo engenheiros das diversas áreas e geólogos. Estes chegavam à Petrobras e, mais tarde, se tornavam *engenheiros de petróleo*.

É importante ressaltar que a indústria do petróleo desenvolve atividades industriais de outros ramos, ou seja, alimenta ainda mais outras indústrias, principalmente a de fornecedores de peças e de serviços. Modifica o mercado gerando novos cursos, novas possibilidades de formação de mão-de-obra, de pesquisadores e de profissionais. Especificamente em Macaé, há uma grande carência de profissionais qualificados, o que faz com que as empresas busquem mão-de-obra de municípios vizinhos, muitos deles de Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Barra de São João e Casimiro de Abreu. No entanto, a maioria destes têm formação técnica.

Durante as entrevistas realizadas com representantes das empresas multinacionais de grande porte, constatamos que a mão-de-obra de nível superior e mais qualificada geralmente não vem da Região Norte Fluminense. A capital do Rio de Janeiro e Minas Gerais foram muito citadas como fonte deste tipo de mão-de-obra. Os profissionais que requerem um maior grau de responsabilidade nas multinacionais são mandados ao exterior

e sempre estão se reciclando através de cursos de capacitação. Por mais qualificados que sejam academicamente, os profissionais do setor petrolífero necessitam de treinamento ao chegar nas empresas, devido à especificidade dos equipamentos e serviços que variam de empresa para empresa. No entanto, a mão-de-obra do setor requer bastante investimento.

Sobre esta questão de qualificação é relevante dizer que está sediado em Macaé um importante centro de educação e pesquisa na área do petróleo, de onde sai muita mão-de-obra central dentro da já referida denominação *centro-periferia* do trabalho. Estamos falando do LENEP, Laboratório do Curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo da Universidade Estadual do Norte Fluminense/UENF.

No entanto o cenário de geração de empregos da indústria do petróleo em Macaé não é tão *maravilhoso* quanto parece. A população macaense durante a aplicação de questionários domiciliares feito pela equipe do LEEA/SEUR<sup>1</sup>, afirmaram ser o desemprego muito presente, afirmando que as oportunidades de emprego acabam sendo preenchidas por pessoas de outras localidades. Já para quem chega à Macaé em busca de emprego a cidade é a esperança de melhoria de vida, mas esta esperança se dilui nas favelas que proliferam na cidade.

Em nosso estudo de campo percebemos que no senso comum permeia a idéia de que a indústria do petróleo, especificamente, está empregando muito e quase todos citam conhecidos ou parentes trabalhando no ramo. No entanto, as condições de trabalho não são tão boas quanto parece. Grande parte desta mão-de-obra é periférica e com remuneração baixa se considerados os riscos desta indústria, principalmente para os trabalhadores que embarcam e as responsabilidades que lhes cabem. Neste setor o nível de terceirização é muito grande e, conseqüentemente, vê-se no ramo o fenômeno da subproletarização.

---

<sup>1</sup> Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico/ Setor de Estudos Urbanos.

### *Análise dos dados de emprego formal:*

O Brasil, o Estado do Rio de Janeiro e suas diversas cidades e as capitais dos Estados tiveram desempenho positivo na criação de novos postos de trabalho no ano de 2000.

Segundo dados do Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense o Estado do Rio de Janeiro apresentou um crescimento de 2,65% do número de vagas com carteira assinada, representando 61.220 novos empregos. Para a Região Norte Fluminense e, em particular, para Macaé e Campos o ano de 2000 foi extremamente positivo.

Tabela: Crescimento do número de empregos formais de dezembro de 2000 em relação à dezembro de 1999.

Município	N <sup>o</sup> de empregos a mais Dez. 1999-2000	(%) de crescimento
Campos	1.990	4,95
<b>Macaé</b>	<b>5.576</b>	<b>15,31</b>

Fonte: Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense<sup>1</sup>  
Elaboração própria.

Como podemos perceber, a taxa de crescimento do emprego formal em Macaé foi ainda maior que o de Campos em mais de três vezes. Apesar disso, Campos também teve um alto grau de crescimento no número de empregos se levarmos em consideração a realidade de várias cidades brasileiras.

A tabela de crescimento de empregos formais da página seguinte, nos mostra que a criação de postos de trabalho em Macaé é quase cinco vezes superior à média nacional que corresponde a 3,20% e quase seis vezes superior à média do Estado do Rio de Janeiro de 2,65%. Campos, no entanto, também tem um bom grau de crescimento no número de novos empregos se levarmos em conta as mesorregiões do Estado que possuem crescimento porte demográfico similar.

---

<sup>1</sup> O observatório teve como fonte o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho criado em 1992.

Tabela: Taxa de crescimento do emprego formal (Dez/2000 em relação dez/1999).

	Taxa de crescimento (%) Dez2000/dez1999
<b>Brasil</b>	<b>3,20</b>
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>2,65</b>
<b>Macaé</b>	<b>15,31</b>
Campos	4,95
Petrópolis	3,40
Cabo Frio	2,47
Itaperuna	2,03
Niterói	1,87
Volta Redonda	- 1,50

Fonte: Observatório Socioeconômico do Norte Fluminense.  
Elaboração própria.

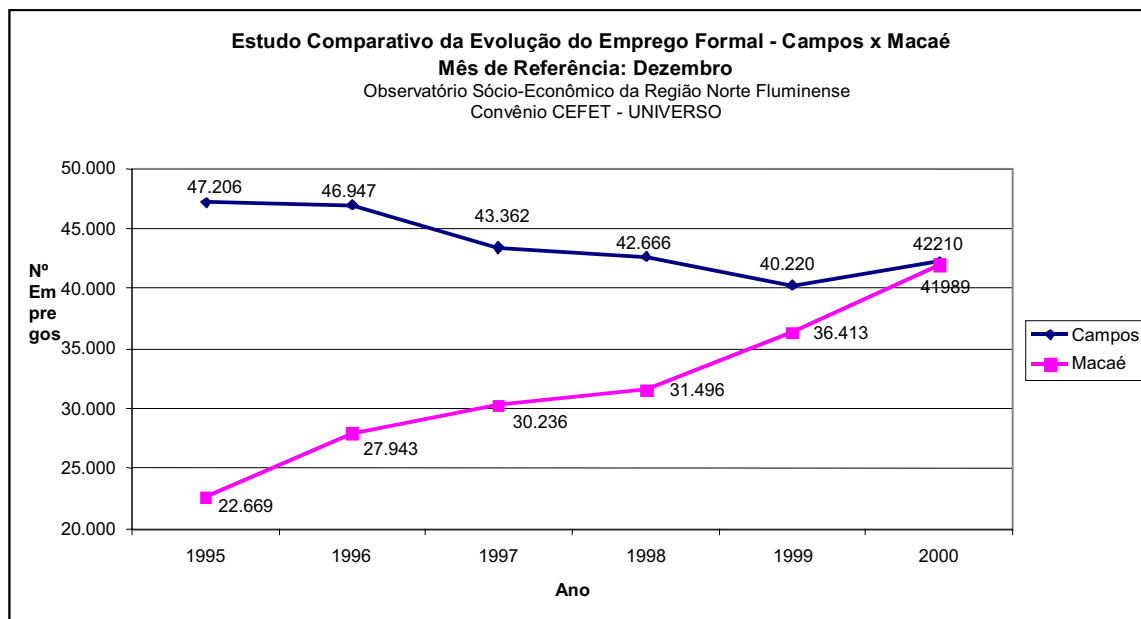
Tabela: Empregos Formais em Campos e Macaé.

	1998	1999	2000	População Total
Campos	42.666	40.220	42.210	406.279
<b>Macaé</b>	<b>31.496</b>	<b>36.413</b>	<b>41.989</b>	<b>131.550</b>

Esta tabela acima, permite visualizarmos outro fator comparativo muito interessante, é a relação entre a densidade demográfica e número de empregos presentes nos municípios de Campos e Macaé. Macaé que tem população residente equivalente a 131.550 habitantes<sup>2</sup> possui 41.989<sup>3</sup> empregos, enquanto Campos com uma população residente de 406.279 habitantes, possui 42.210 postos de trabalho. Entretanto, o que a primeira vista parece muito bom para a população de Macaé pode ser uma ilusão de ótica. Boa parte da população que ocupa estes empregos formais não é local. Uma simples correlação entre habitantes e empregos gerados em determinado município não garante um bom entendimento do fenômeno.

<sup>2</sup> Dados populacionais com base no CIDE, 2001.

<sup>3</sup> Dados sobre emprego com base no Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense.



Estudo Comparativo da Evolução do Emprego Formal – Campos x Macaé

Obs: Os valores representam o estoque do emprego em Dezembro de cada ano.

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e do Emprego

O gráfico acima deixa nítido o crescimento do emprego formal no município de Macaé desde 1995. Campos, no entanto, não apresenta a mesma característica. Do ano de 95 até 99 Campos apresenta decréscimo em empregos formais e de 99 para 2000 consegue um certo aumento, mas não conseguindo recuperar o número de empregos existente na primeira metade da década.

Partindo de uma análise quantitativa, Macaé se insere bem dentro do contexto de empregos formais, levando-se em conta o contexto nacional. Porém esses números ainda não nos permitem enxergar os aspectos qualitativos desse fenômeno.

### *Evolução do emprego Formal em sub-setores econômicos:*

Nesta parte será feito um levantamento do número<sup>1</sup> de empregos e seus respectivos percentuais de crescimento no município de Macaé através da divisão por sub-setores econômicos. Tive como base os dados do Observatório Sócio-Econômico do Norte Fluminense, tendo em vista que estes tiveram como fonte primária as informações do CAGED (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho).

Os principais sub-setores econômicos de Macaé, no sentido de que mais contribuíram para a geração de novos postos de trabalho no ano 2000 em relação a dezembro de 1999 foram:

- Sub-setor de Extrativismo Mineral (extração de petróleo) com 9.698 novos empregos, representando um crescimento de 24,7%;

- Sub-setor de Comércio e Administração de Imóveis (imobiliárias) com 6.347 novos empregos, representando um crescimento de 16,2%;

- Sub-setor de Comércio Varejista com 4.807 novos empregos, representando crescimento de 12,3%;

- Sub-setor de Transporte e Comunicação com 4.079 novos empregos, representando crescimento de 10,4%;

- Sub-setor de Alojamento e Alimentação (hotéis, restaurantes e bares) com 3.255 novos empregos, representando crescimento de 8,3% e;

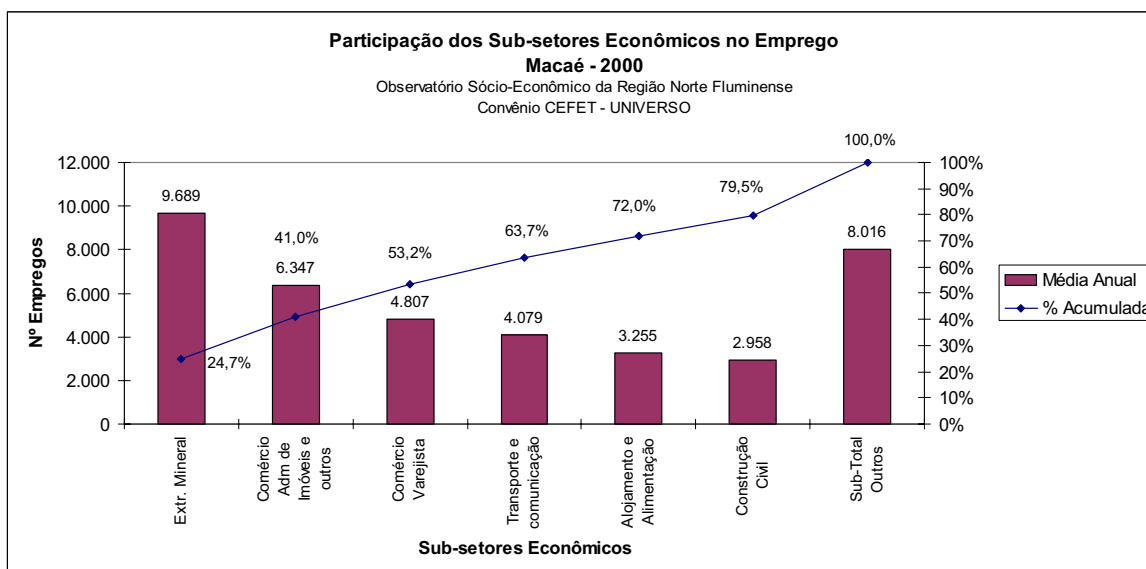
- Sub-setor de Construção Civil com 2.952 novos postos de trabalho e, representando crescimento de 7,6%.

---

<sup>1</sup> Valores calculados pealo a partir da média dos doze meses do ano de 2000 com a finalidade de evitar conclusões distorcidas em função das possíveis sazonalidades.

Estes seis sub-setores somados representam 79,5% dos novos empregos de Macaé, ou seja, 31.090 postos de trabalho, enquanto que os demais respondem por 20,5% que equivale a 8.016 novos empregos.

Este resultado revela a dinâmica do setor de extração de petróleo de Macaé e a sua influência para o crescimento de vários outros setores, representando a dinâmica de investimentos. Como consequência deste setor extrativista tem-se o, já referido em capítulos anteriores, crescimento populacional que dinamiza a economia local elevando o número de estabelecimentos comerciais, o setor de transportes e comunicação, o setor de alojamentos e alimentação, e o de construção civil.



Participação dos Sub-setores no Emprego – Macaé

Obs: Os valores foram calculados a partir da média dos 12 meses do ano 2000.

Fonte: CAGED – Ministério do Trabalho e do Emprego

Os demais sub-setores econômicos macaenses, apesar de não ter tido crescimento significativo, não regrediram ou apresentaram queda no número de postos de trabalho.

Sem dúvidas tudo isso do ponto de vista econômico é muito bom. Entretanto, Macaé não parece preparada para as transformações – espaciais, urbanas e sociais – decorrentes dessa indústria de porte gigantesco. Cabe ao poder público repensar estratégias alternativas e mais eficientes para combater os impactos negativos que acabam por prejudicar a população local, que muitas vezes se encontra excluída dos benefícios produzidos pela indústria.

## *Indústria do Petróleo em Macaé: um enfoque a partir dos próprios trabalhadores.*

Nada melhor do que os próprios trabalhadores da indústria petrolífera de Macaé para nos auxiliar acerca da mesma. Para ouvi-los foi elaborado um modelo especial de questionário que foram aplicados pela nossa equipe em locais de grande concentração de trabalhadores, como o heliporto de Farol de São Thomé e o aeroporto de Macaé. Em ambos os locais foram entrevistados trabalhadores da Petrobras e de empresas prestadoras de serviços<sup>1</sup> enquanto eles aguardavam embarque ou desembarcavam. Esta estratégia foi a forma encontrada pela equipe para contornar as dificuldades enfrentadas para entrevistá-los em seus respectivos locais de trabalho. Percebemos que muitas das empresas não têm interesse em que os funcionários se manifestem a respeito do tema da pesquisa.

### *Análise dos dados:*

- Quanto ao sexo:

Tabela: Distribuição dos trabalhadores entrevistados por sexo.

<b>Tab. – Distribuição dos Trabalhadores Entrevistados por Sexo</b>		
<b>sexo</b>	<b>Qt. cit.</b>	<b>Freq.</b>
Masculino	56	91,80%
Feminino	5	8,20%
TOTAL OBS.	61	100%

Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Diante da tabela acima, podemos perceber que a grande parte de empregos no setor petrolífero se dirige a homens. Isto se explica também pelo fato de que os serviços no ramo são, em grande número, pesados e diretamente relacionados com as atividades de operação da plataforma, se refletindo em preferência pelas empresas por mão-de-obra masculina. Geralmente as mulheres são recrutadas para trabalhos administrativos e recepção.

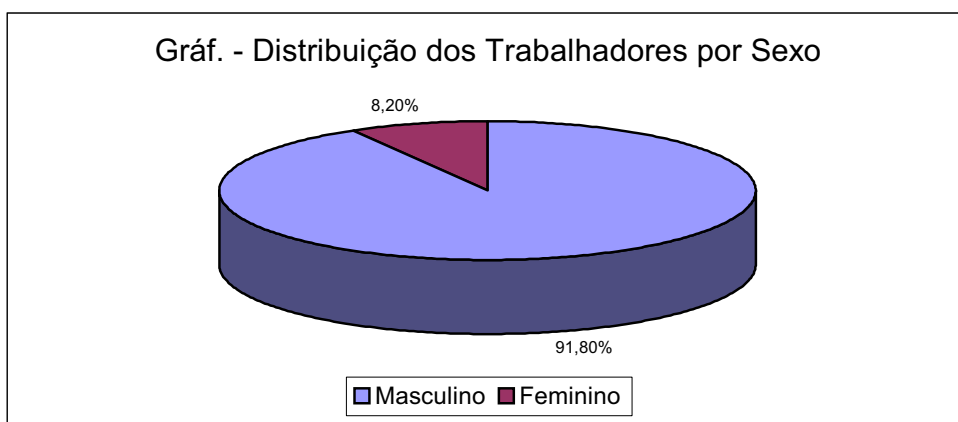
---

<sup>1</sup> O número total de trabalhadores entrevistados: 61 questionários.



Outro aspecto relevante observado durante conversa em trabalho de campo com representante de uma empresa da indústria química em Macaé, foi o fato de que existe uma certa exigência de cota para mulheres nas plataformas, pois há divisão entre “dormitório” feminino e masculino que impede a superlotação masculina e a baixa presença feminina. O representante destacou também que no setor químico há uma certa preferência por mulheres, considerando-se que estas são mais cuidadosas.

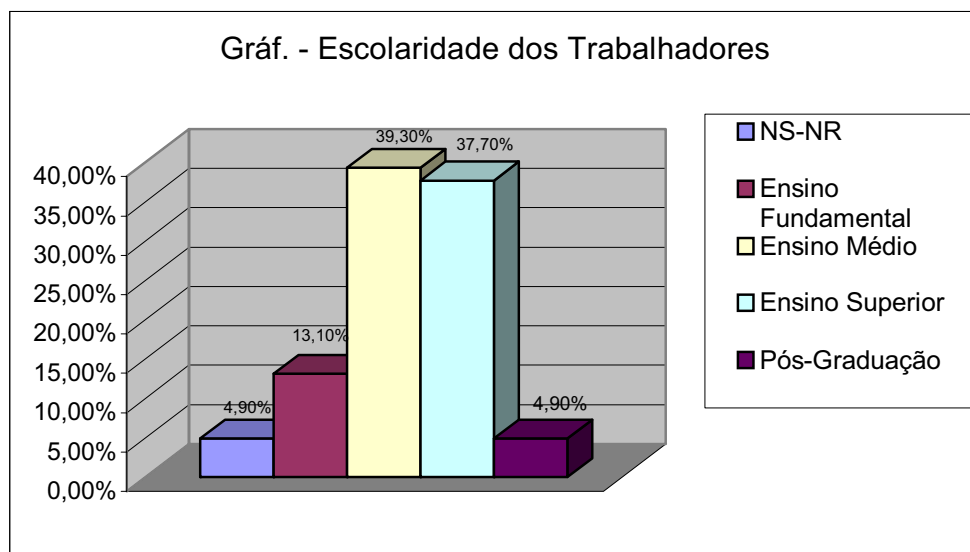
Gráfico: Trabalhadores entrevistados por sexo.



Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

- Quanto à escolaridade:

Gráfico: Escolaridade dos trabalhadores

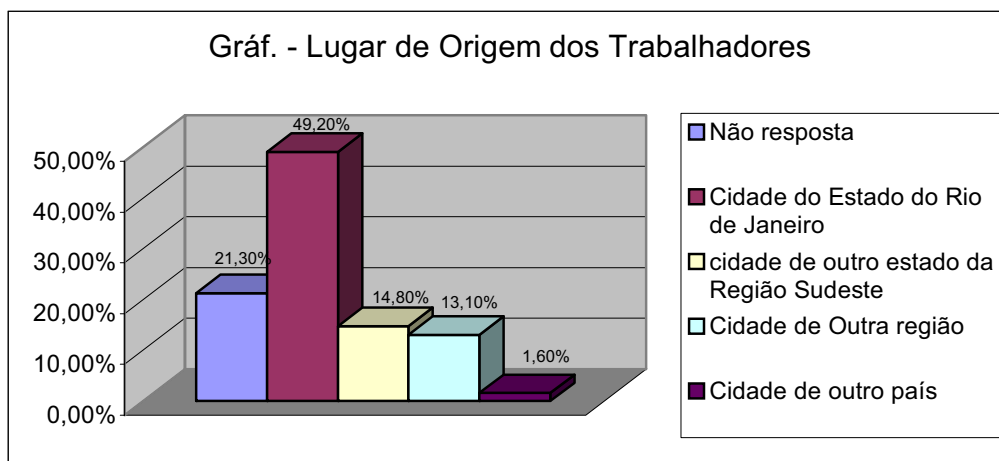


Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Sobre escolaridade podemos perceber alto grau de pessoas de ensino médio e de ensino superior. No que se refere ao ensino médio, na maior parte são de curso técnico. Este gráfico deixa claro que o setor petrolífero exige em grande medida a mão-de-obra técnica (39,3%). A mão-de-obra com ensino superior também é muito grande (37,7%). Fica claro, no entanto, a não inserção da população local diretamente na indústria petrolífera. Macaé conta apenas com uma escola técnica e as instituições de ensino superior no município não fornecem ao mercado de trabalho capacitação na área petrolífera, além de serem muito recentes. As empresas afirmam que o mercado de trabalho no setor tem como um dos requisitos o conhecimento da língua inglesa. Em certos casos é oferecido curso de inglês pela própria empresa.

- Quanto ao lugar de origem:

Gráfico: Lugar de origem dos trabalhadores entrevistados.



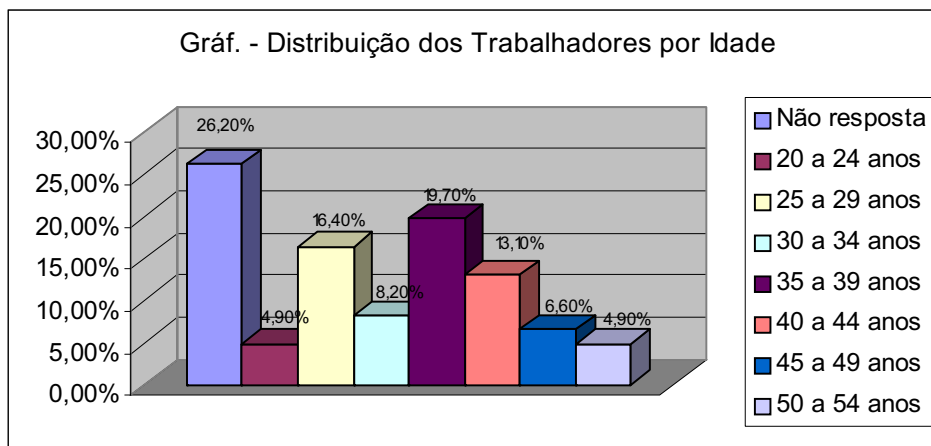
Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Grande parcela (49%) dos entrevistados declarou ser de cidades do Estado do Rio de Janeiro. Nas entrevistas com representantes das grandes empresas isto também ficou bastante claro. Quanto aos trabalhadores vindos de outro estado da Região Sudeste (14,8%) que também é um número bem significativo, vale destacar Minas Gerais. Uma das maiores empresas do setor *offshore* citou a qualidade e disposição da mão-de-obra mineira.

Como alternativa de mão-de-obra qualificada, muitos trabalhadores vêm de outras regiões do país (13%) e até de outros países (1,6%).

- Quanto à faixa de idade dos trabalhadores:

Gráfico: Distribuição dos trabalhadores por faixa etária.



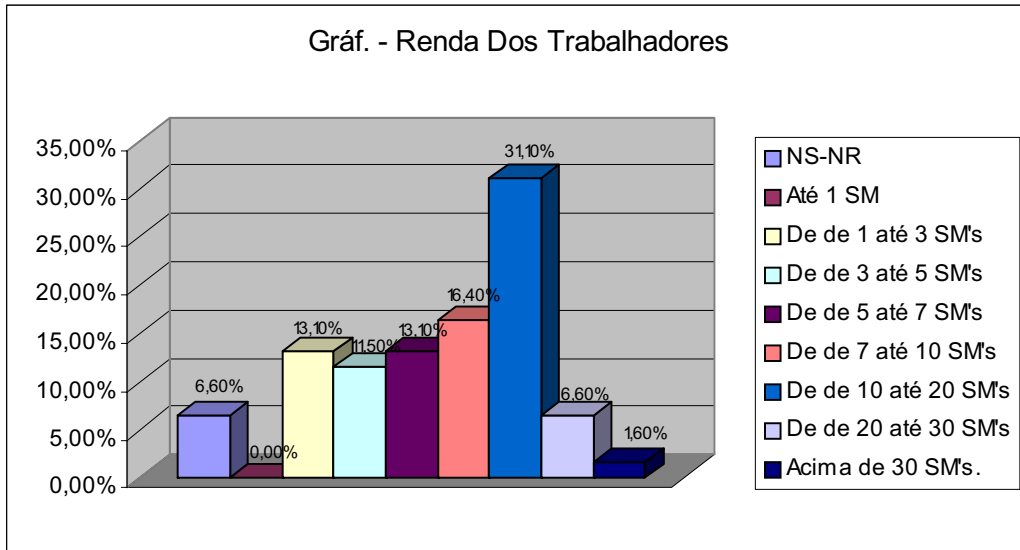
Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Boa parte dos trabalhadores não respondeu a idade sem motivo justificável. No entanto, dos que responderam se percebe a predominância de trabalhadores entre 25 e 44 anos de idade. Este resultado é esperado na atividade deste setor, já que reflete a inserção da população jovem-adulta neste mercado de trabalho.

- Quanto à renda:

Quanto à renda dos trabalhadores, verifica-se através do gráfico da página seguinte que a faixa que obteve maior índice de respostas é a que vai de dez a vinte salários mínimos. Para a realidade da Região Norte Fluminense este rendimento representa um alto poder aquisitivo. De todas as pessoas entrevistadas, nenhuma declarou ter rendimento inferior a um salário mínimo, independente de escolaridade.

Gráfico: Renda dos trabalhadores em salários mínimos.

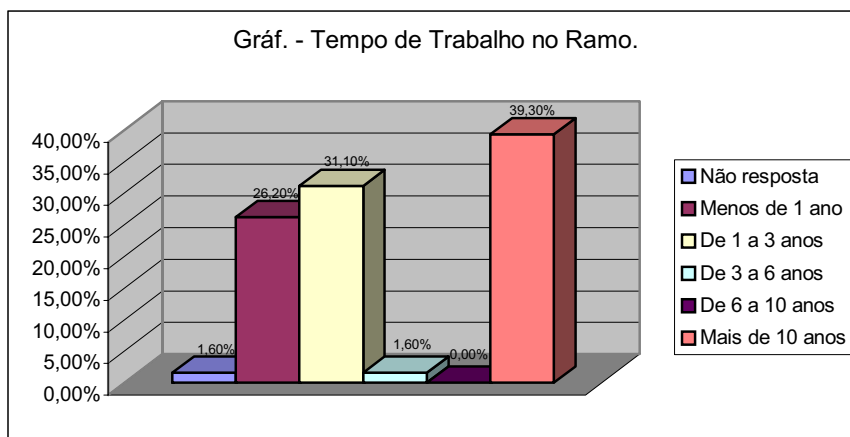


Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Entretanto, levando-se em consideração vários aspectos do trabalho no ramo petrolífero, principalmente para quem trabalha embarcado que foi grande parcela de nossa amostra, relacionados a fatores de saúde, psicológicos e de responsabilidades e privações deste tipo de trabalho, o rendimento salarial é muito baixo.

- Quanto ao tempo de trabalho:

Gráfico: Tempo no ramo petrolífero



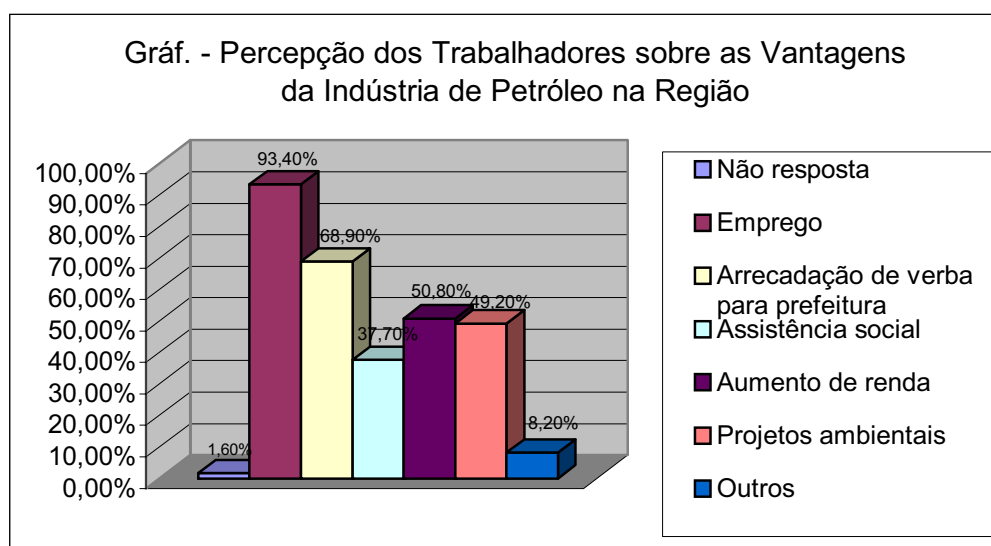
Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Analisando o gráfico da página anterior, podemos perceber que quanto ao tempo de trabalho no ramo, a análise revelou um dado curioso. Aproximadamente 40% das pessoas entrevistadas declarou trabalhar no ramo por mais de 10 anos. Desse percentual a escolaridade mínima verificada foi o segundo grau completo. Tudo isto reflete que, uma vez inserido neste setor, o trabalhador possui grande chance de continuar no meio. Revela também que as oportunidades para quem tem qualificação nas atividades da área é grande. Durante conversas informais com alguns trabalhadores eles afirmaram que para quem tem conhecimentos na área fica bem mais fácil encontrar emprego.

A outra faixa com grande índice de frequência corresponde a até três anos no ramo, compreendendo pessoas que tiveram seu primeiro contato com a indústria petrolífera na Bacia de Campos e as oportunidades que vários jovens encontram no setor.

- Quanto às vantagens da indústria:

Gráfico: Percepção dos trabalhadores sobre as vantagens da indústria de petróleo para a Região Norte Fluminense.



Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

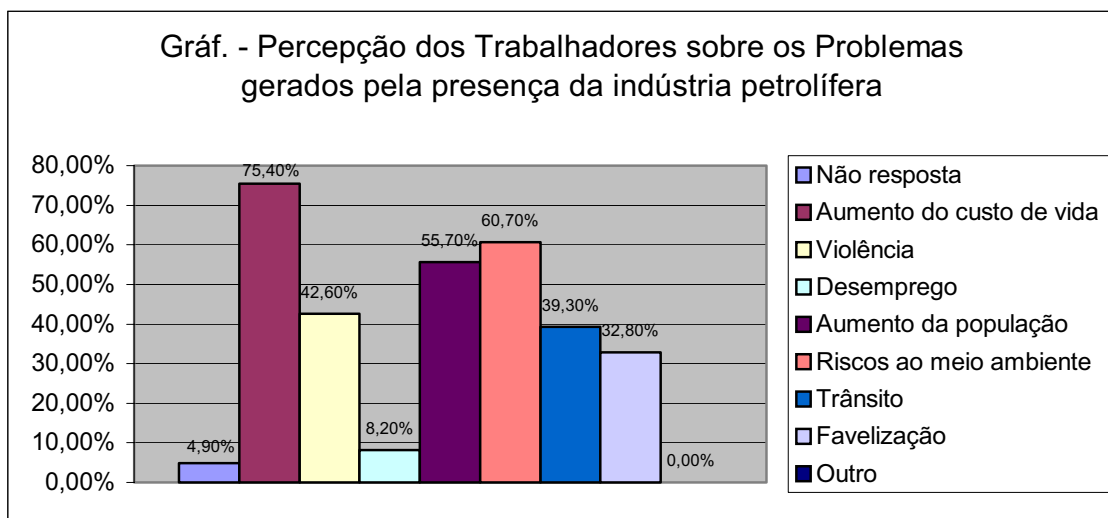
Este gráfico deixa claro que o emprego é considerado como a grande vantagem da indústria do petróleo, para quem está no meio parece ainda mais relevante. Esta pergunta no entanto, não foi fechada única, mas múltipla. Demos a oportunidade dos trabalhadores

citarem os vários aspectos que consideram vantajosos. O emprego ficou em primeiro lugar com uma maioria praticamente absoluta (93,4%) de citação. Em segundo lugar vem os royalties (68,9%), em terceiro o aumento da renda (50,8%) e também muito citado os projetos ambientais realizados pelas empresas (49,20%).

O emprego se configura como o grande temor da população brasileira e isto pode ser observado nitidamente ao analisarmos o gráfico. A arrecadação dos royalties é visto como a possibilidade de investimentos para o bem-estar da população, no entanto a população não sabe ou sabe muito pouco sobre a aplicação desta verba. Se é bem aproveitada ou não já é outra questão.

- Quanto aos problemas da indústria:

Gráfico: Percepção dos trabalhadores sobre os problemas da Indústria de petróleo na Região.



Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração Própria.

Dentre os problemas, preocupa-os mais o aumento do custo de vida (75,4% de citação), pois este os bem diretamente. Entretanto, eles se mostram também bastante conscientes ao fato de que essa indústria representa um risco em potencial ao meio ambiente tendo este aspecto (60,7% de citação). Fatores indiretamente associados à

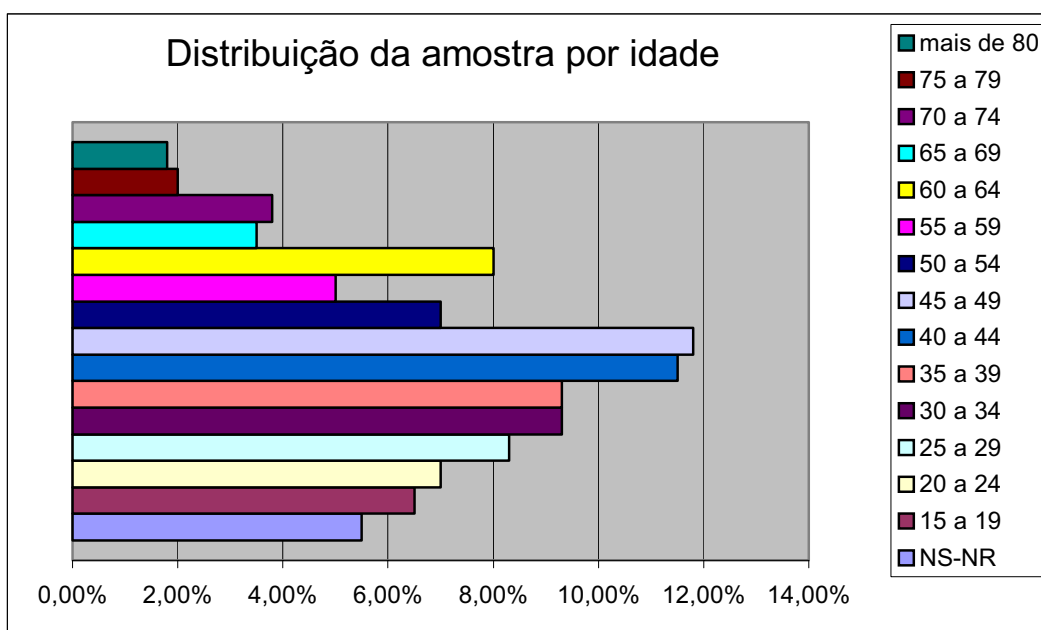
indústria na cidade também são bastante preocupantes. O aumento da população teve (55,7%) de citações e o aumento da violência (42,6%).

### *Emprego e trabalho em Macaé: enfoque através da população local.*

O projeto de pesquisa “Percepção Ambiental sobre a Atuação da Indústria do Petróleo no Norte Fluminense”<sup>1</sup> teve como um dos objetivos a caracterização da percepção da população macaense acerca dos impactos da indústria do petróleo na Região Norte Fluminense. Neste sentido, baseado em uma amostra de questionários aplicados em 400 domicílios do perímetro urbano da cidade de Macaé, traçamos a percepção populacional acerca de diversos fatores socioeconômicos, dentre os quais o emprego e o desemprego. Irei agora analisar alguns dos resultados obtidos.

### *Análise dos Resultados – percepção da população residente:*

Inicialmente, considero importante a caracterização da amostra por faixa etária.



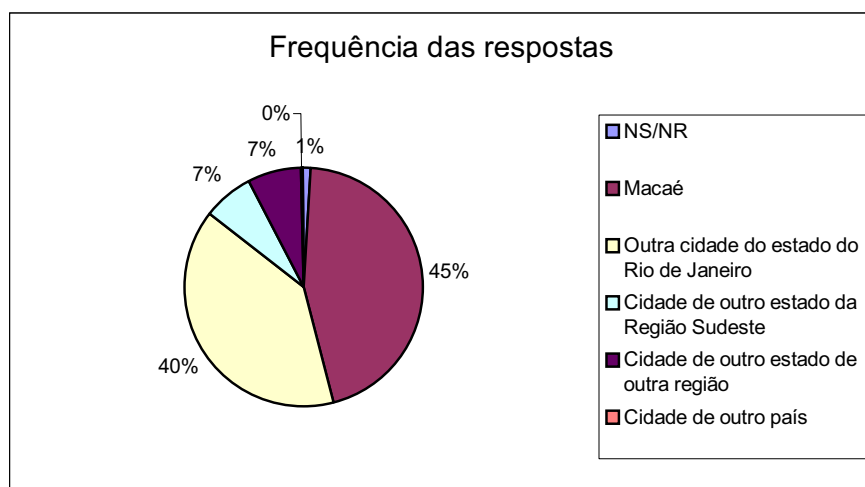
Fonte: LEEA-SEUR-UENF / Elaboração Própria.

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense, através Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico - Setor de Estudos Urbanos, do qual fiz parte como bolsista de iniciação científica juntamente com uma equipe de seis pessoas (dentre coordenador, colaboradores e bolsistas de iniciação científica – sob orientação do Prof. Dr. Ailton Mota de Carvalho) no período de 2001 a 2003.



Para aplicação dos questionários achamos necessário respeitar uma faixa de idade mínima. No entanto decidimos não entrevistar menores de 16 anos. Analisando o gráfico, observamos que a frequência de idade dos entrevistados segue de maneira gradual até a faixa de 40 a 49 anos, em seguida esta frequência vai decrescendo de maneira não gradual, destacando-se aí a faixa que vai de 60 a 64 anos, por serem estas pessoas geralmente aposentadas e facilmente encontradas em suas residências. Este tipo de composição por idade é uma importante base de dados para orientação de políticas de ações sociais e de planejamento para a prefeitura e para empresas interessadas em articular políticas de cunho social.

Gráfico: Origem dos entrevistados - 2003



Fonte: LEEA-SEUR-UENF / Elaboração Própria.

Ao analisar o gráfico acima, podemos observar que a maior parte das pessoas residentes não são naturais de Macaé, estas representam 54 % , ou seja, 216 dos 400 entrevistados. Este total está dividido 158 (40 %) vindos de outra cidade do Estado do Rio de Janeiro, 28 (7%) vindos de outra cidade de outro estado da Região Sudeste, 29 (7%) vindos de cidade de outro estado de outra região e 1 (0,3 %) vindo de outro país.

Cabe aqui ressaltar que a baixa percentagem de entrevistados estrangeiros foi resultado de grande dificuldade em convencê-los a responder os questionários. Estes se localizavam, em sua grande maioria, em bairros nobres possuindo manções “assustadoras”, e nestas localidades fomos recebidos com muita desconfiança. Os brasileiros destes bairros, entretanto, eram bem mais receptivos.

A disparidade socioeconômica entre os bairros era nítida. De um lado populações bastante carentes, de outro populações e residências nobres. Percebemos que, geralmente, o norte da cidade (parte litorânea) é uma área bem nobre e seletiva nos dias atuais.

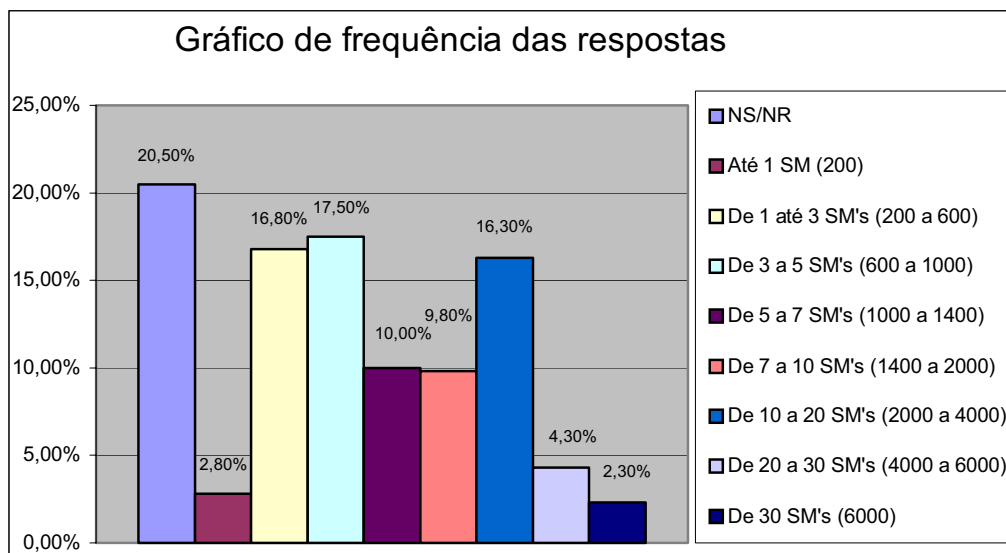
Outro fator importante é ressaltar que as pessoas que trabalham em Macaé, mas não são naturais da cidade, preferem voltar para o lugar de origem (quando isto é viável) ou residir em municípios vizinhos que possuem custo de vida mais baixo, pois os preços dos imóveis, aluguéis e hospedagens da cidade são supervalorizados.

Tabela: Lugar de origem dos entrevistados em números absolutos – 2003.

Lugar de origem	Freq.	Qt. cit.
NS/NR	1,00%	4
Macaé	44,46%	180
Outra cidade do estado do Rio de Janeiro	39,50%	158
Cidade de outro estado da Região Sudeste	7,00%	28
Cidade de outro estado de outra região	7,20%	29
Cidade de outro país	0,30%	1
TOTAL OBS.	100%	400

Fonte: LEEA-SEUR-UENF / Elaboração Própria.

Gráfico: Renda aproximada das famílias, somando os salários de todos os que trabalham e residem juntos.



Fonte: LEEA-SEUR-UENF / Elaboração Própria.

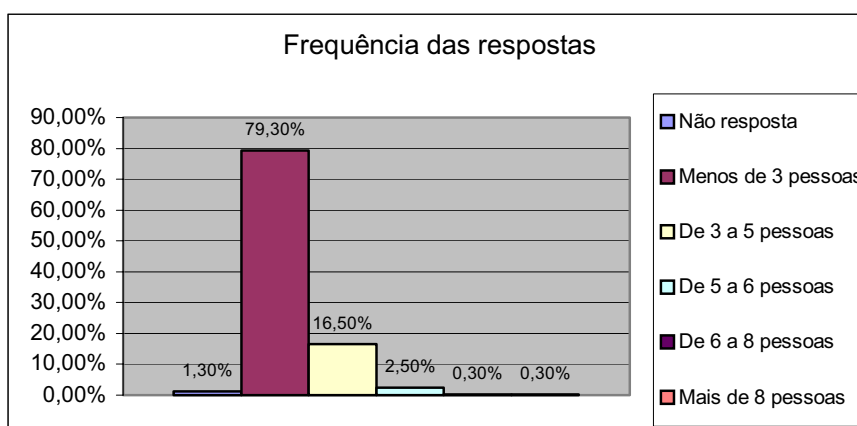
A pergunta sobre a renda familiar obteve um alto grau de resistência nas respostas, cerca de 20%, correspondente a 80 entrevistados, não quiseram responder. Dos 80% que responderam, a maior parte se situa na faixa de renda entre um e sete salários mínimos (máximo de R\$ 1.400,00), o que pode ser classificado como uma média baixa, tendo em vista as maravilhosas repercussões positivas da indústria do petróleo sobre a renda local e pessoal. Cabe ressaltar que não estamos falando de renda individual, mas renda familiar.

Gráfico: Pessoas que trabalham e residem no domicílio.

Pessoas que trabalham	Freq.	Qt. cit.
Não resposta	1,30%	5
Menos de 3 pessoas	79,30%	317
De 3 a 5 pessoas	16,50%	66
De 5 a 6 pessoas	2,50%	10
De 6 a 8 pessoas	0,30%	1
Mais de 8 pessoas	0,30%	1
TOTAL OBS.	100%	400

Fonte: LEEA-SEUR-UENF. Elaboração própria.

Gráfico: Pessoas que trabalham e residem no domicílio.



FONTE:LEEA-SEUR-UENF Elaboração própria.

Para melhor compreender os dados sobre renda familiar poderemos analisá-los tendo como base o número de pessoas que trabalham por domicílio.

Diante disto, tendo em vista que as residências possuem média de duas a seis pessoas, o índice de pessoas que trabalha corresponde ao esperado. Aproximadamente 79% das casas possuem menos de três pessoas no mercado de trabalho. Um padrão normal se considerarmos que grande parte das residências brasileiras possui um chefe de família que se responsabiliza pelas despesas familiares. Um bom número de residências possui uma média de três a cinco pessoas trabalhando, refletindo um quadro de renda salarial baixa onde vários integrantes da família precisa trabalhar. Este caso representa, em parte, um dos aspectos da subproletarização.

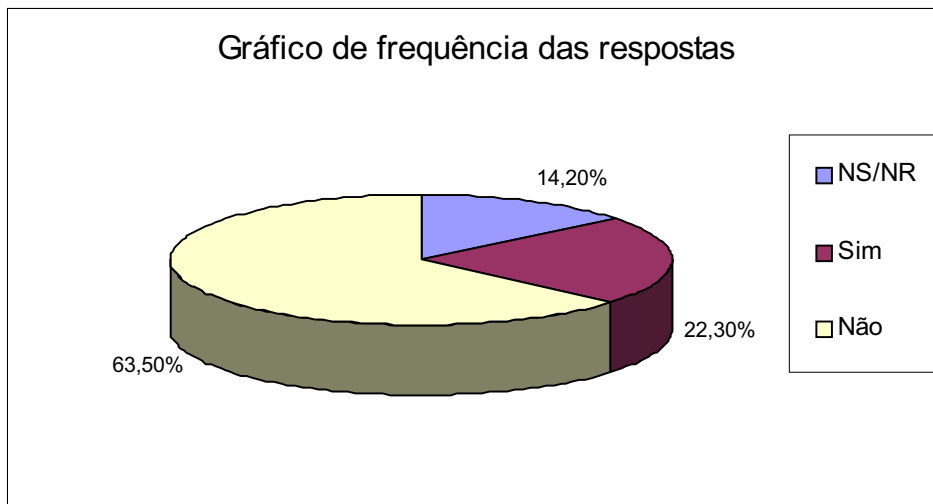
Sobre a formalidade ou informalidade no mercado de trabalho, os dados apontam para um quadro de informalidade.

Tabela: Formalidade ou informalidade no mercado de trabalho.

Possui carteira assinada	Freq.
NS/NR	14,20%
Sim	22,30%
<b>Não</b>	<b>63,50%</b>
TOTAL OBS.	100%

FONTE:LEEA-SEUR-UENF Elaboração própria.

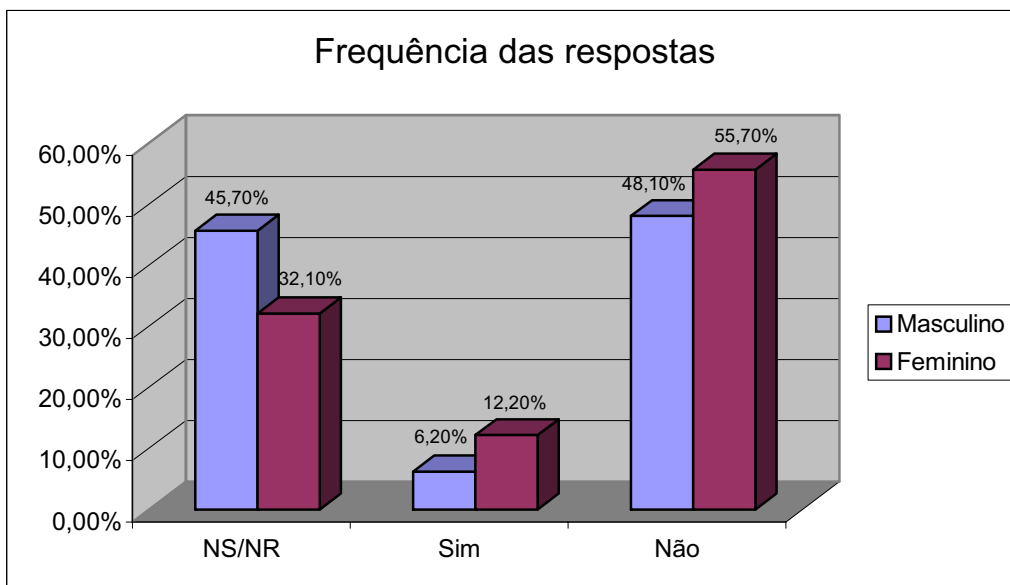
Gráfico: Possui carteira assinada?



FONTE:LEEA-SEUR-UENF. Elaboração própria.

Percebemos um quadro de informalidade no mercado de trabalho em Macaé bastante significativo e preocupante. Apenas 22,3% dos que estavam trabalhando declararam possuir carteira de trabalho assinada. A situação de Macaé não se difere do cenário nacional.

Gráfico: Entrevistados desempregados por sexo



FONTE:LEEA-SEUR-UENF Elaboração própria.

Tabela: Entrevistados desempregados por sexo

Entrevistados Desempregados	Masculino	Feminino	TOTAL
NS/NR	45,70%	32,10%	36,50%
Sim	6,20%	12,20%	10,30%
Não	48,10%	55,70%	53,30%
TOTAL	100%	100%	100%

FONTE:LEEA-SEUR-UENF Elaboração própria.

Segundo os dados acima e o gráfico da página anterior, podemos afirmar que cerca da metade dos pesquisados encontram-se “desempregados”, se somarmos os que não sabem com os que não responderam. A dúvida na resposta se justifica pelo fato de o próprio trabalhador não saber se deve se declarar empregado ou desempregado, pois apesar de não se inserir formalmente no mercado, este não pode deixar de trabalhar. No entanto, esta pergunta se difere da anterior pelo fato de não fazer referência à carteira de trabalho.

Cerca de 55,7% das mulheres afirmaram que não estão desempregadas, caracterizando o fenômeno de “feminização do trabalho”. Geralmente isto significa ocupações menos qualificadas e com remuneração mais baixas que a dos homens. Incluem-se também mulheres que se consideram “do lar” e que, portanto, não se consideram desempregadas, pois não estão em busca de emprego.

Diante dos dados obtidos na pesquisa fica claro que a população macaense não está tão bem inserida no mercado de trabalho como inicialmente aparenta e como os veículos midiáticos afirmam. A população local se insere em um quadro precário de trabalho e de renda. Tudo isto permite interpretar que a mão-de-obra que é central e que ocupa os bons lugares do mercado formal não é local, mas ocupadas por pessoas que entram e saem, em um contexto muitas vezes de uma migração pendular se ocupando do “lado bom” da indústria do petróleo, que não deixa de ser excludente; ou por uma pequena parcela de classe alta.

*“Macaé tem emprego sim, mas para quem possui qualificação. Não adianta vir para cá achando que se fica rico fácil, porque não é por aí. A indústria de petróleo e as prestadora de serviço são muito exigentes na escolha de mão-de-obra.”*

*(Jorge Siqueira - Secretário de Indústria e Comércio/Macaé)*

## Conclusão:

Foram muitos os impactos sofridos pela cidade de Macaé, principalmente, após a flexibilização do monopólio do petróleo em 1997. Este município passou a ser sede de grandes indústrias de atividades ligadas direta ou indiretamente ao setor petrolífero. A Região Norte Fluminense que tinha como principal atividade econômica a indústria açucareira, passa por transformações sociais, econômicas e espaciais decorrentes da nova indústria.

A partir desse momento Macaé passa a ser foco de grandes empresas nacionais e multinacionais – dentre elas gigantes do setor, como Halliburton, Transocean e Schulumberger – sendo hoje considerada uma das seis melhores cidades do país para investimentos.<sup>12</sup>

O número de empregos formais em Macaé cresceu fortemente, porém em um contexto excludente. A população natural da cidade, de uma maneira geral não se insere neste quadro. A migração, o aumento da qualidade de vida – como preços absurdos dos imóveis – e a conseqüente favelização contribuem para vários tipos de segregação. Deixam à margem vária pessoas que nasceram na cidade ou que vieram acreditando nas promessas midiáticas de emprego. Estas apenas jogam no imaginário social o aumento de empregos gerados pelo setor, mas não o informam sobre as condições necessárias para a entrada neste mercado de trabalho.

Desta forma, cada vez mais, fenômenos negativos vão se consolidando na cidade, marginalizando os que querem um trabalho ou os deixando a alternativa do subemprego. Este é o lado negativo do “progresso”.

Como acontece, geralmente, o modelo de crescimento econômico atual centrado na atuação de grandes e modernas empresas não geram o número de empregos correspondente

---

<sup>12</sup> Dados retirados do jornal *O Dia*, por Simone Noronha. No entanto, a data não estava acessível.

à expectativa que criam na região. Isto faz com que ocorra um descompasso entre a oferta de empregos e a demanda que também é acrescida pela vinda de pessoas de outros lugares. O resultado é o aumento do desemprego e do trabalho informal, além de outros problemas urbanos facilmente percebidos, como o surgimento de favelas.

Que esta monografia valha como uma proposta a se repensar a forma pela qual se desenvolve a atual realidade de Macaé, com vistas ao futuro, ao desenvolvimento sustentável e que o poder público repense as políticas sociais, o uso dos royalties e outros benefícios da indústria em prol da população local e regional, enquanto ainda há tempo.